



Câmara Municipal de Barbacena/MG

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados para o concurso público de provas destinados à Câmara Municipal de Barbacena/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 01, DE 14 DE JULHO DE 2021**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
220000011	André De Carvalho Gonçalves	Advogado
220000011	André De Carvalho Gonçalves	Advogado
220000064	Raíssa Rangel Santos De Abreu	Advogado
220000355	Isabella Coelho Cozzi	Advogado
220000370	Pablo Rocha Campos	Advogado
220001231	Caio Vinícius Ribeiro Guimaraes	Advogado
220001396	Elisa Lobo Pereira	Advogado
220001487	William Jose De Assis Souza	Advogado
220001510	Clara Michelin Lacerda	Advogado
220001541	Cláudia Chaves Martins Jorge	Advogado
220001642	João Gabriel Fumian Novis De Souza	Advogado
220001642	João Gabriel Fumian Novis De Souza	Advogado
220001775	Paula Tironi Versiani Penna	Advogado
220001901	Talessun De Siqueira Galo	Advogado
220002029	Ângelo Márcio Resende	Advogado
220002225	Luana Camille Ferreira Rodrigues	Advogado
220002493	Marina Brandão Iatarola Rocha	Advogado
220002882	Rodrigo Dos Santos Germini	Advogado
220002928	Bruna Stephane Da Costa Silva	Advogado
220003122	Ana Flávia Aparecida Da Silva Vital	Advogado
220003132	Felipe Do Valle Rodrigues Lima	Advogado
220004201	Alexsandro Ramos Diniz	Advogado
220004901	Nayara Fernandes Costa	Advogado
220004901	Nayara Fernandes Costa	Advogado

220004991	Dennis Vilela Jardim	Advogado
220005457	Letícia De Castro Mendes Leão	Advogado
220005799	Filipe Amaral Tavares Paes	Advogado
220005957	Brenno Martins Da Silva Batista	Advogado
220005988	Victor De Oliveira Botelho	Advogado
220006049	Sérgio Leonardo Da Silva	Advogado
220006091	Marcus Alves Pazos Gonzalez	Advogado
220006262	Mariana Carnaúba Pedroso	Advogado
220006658	Marcella Raphaella Faustino	Advogado
220006993	Maíra Gondim Almeida	Advogado
220007079	Thiago Botelho Guimarães Tomé	Advogado
220007136	Charles Jean Início De Abreu	Advogado
220007451	Bruna Aparecida De Mello Costa	Advogado
220008779	Paulo De Jesus Rocha	Advogado
220008908	Marina Luciana Gois Dos Santos Vaz	Advogado
220009249	Diele Almeida Teixeira	Advogado
220009559	Matheus Barbosa Dos Santos	Advogado
220009743	Caio Cezar Smith Alvarez	Advogado
220009902	Paula Guimarães Chaves	Advogado
220009997	Jéssica Fernanda Silva	Advogado
220010250	Thiago Ananias Cunha	Advogado
220010250	Thiago Ananias Cunha	Advogado
220000016	Arléa Ribeiro Barrigio	Agente Administrativo
220000038	Iuri Mendes De Carvalho	Agente Administrativo
220000067	Natalia Cristina Narciso	Agente Administrativo
220000082	Rafael Augusto De Paula	Agente Administrativo
220000124	Paula Mrad Salvador	Agente Administrativo
220000129	Marcos Guimaraes Da Silva	Agente Administrativo
220000156	Alessandra Vicentini Pereira	Agente Administrativo
220000165	Letícia Ferreira Da Silva	Agente Administrativo
220000266	Anderson Roberto Da Costa De Almeida	Agente Administrativo
220000317	Thais Esmerio Pimentel	Agente Administrativo
220000343	Maria Fernanda Ferreira De Sampaio	Agente Administrativo
220000350	Renato Adriano Rosa	Agente Administrativo
220000393	Tairini Conde Ferreira De Oliveira Antunes	Agente Administrativo
220000409	Jéssica Fernanda Silva	Agente Administrativo
220000444	Ana Elisa De Oliveira Bezerra	Agente Administrativo
220000717	Ramon Luiz Pereira Dos Santos	Agente Administrativo
220000740	Geovanna De Fatima Moreira Lima	Agente Administrativo
220000913	Daniel Augusto Rodrigues	Agente Administrativo
220000920	Ricardo Matos De Araújo Rios	Agente Administrativo
220000991	Renata Aparecida Da Costa	Agente Administrativo
220001040	Milene Aparecida Da Silva Souza	Agente Administrativo
220001568	Rosana Aparecida Dias Apolinario	Agente Administrativo
220001920	Talessun De Siqueira Galo	Agente Administrativo
220002362	Amanda Kassia Lima	Agente Administrativo
220002461	Mayra Guilarducci Puiati	Agente Administrativo

220002559	Naiara Raiane Da Costa Assis	Agente Administrativo
220002574	Giovanne Henrique Ferreira Teixeira	Agente Administrativo
220002904	Leandro Dos Reis Mota	Agente Administrativo
220003087	Izabel Cristina De Medeiros	Agente Administrativo
220003167	Raiani Flávia De Jesus Almeida	Agente Administrativo
220003216	Cleo Apolinario Dias	Agente Administrativo
220003413	Jéssica Aparecida Ferreira	Agente Administrativo
220004030	Felipe Ribeiro De Freitas	Agente Administrativo
220004409	Ana Márcia Portes Santana Damasceno Fiorino	Agente Administrativo
220004728	Herlon Rocha De Oliveira	Agente Administrativo
220004777	Ana Paula Martins Tostes	Agente Administrativo
220005079	Andre Nunes De Carvalho	Agente Administrativo
220005599	Eduardo Martins	Agente Administrativo
220005611	João Victor Alves De Castro	Agente Administrativo
220005930	Americo Nunes Rodrigues	Agente Administrativo
220005962	Damiane Aparecida Barbosa Rosa	Agente Administrativo
220005980	Frank Caetano Caputo	Agente Administrativo
220005981	Makalyster Miranda De Freitas	Agente Administrativo
220006028	Isabela Nascimento Vallejo	Agente Administrativo
220006072	Leonardo Augusto Gonçalves Rezende	Agente Administrativo
220006136	Octávio Jordão Serafim Moreira	Agente Administrativo
220006214	Juliana Rodrigues	Agente Administrativo
220006244	Ana Leocadia Do Carmo Raposo Barbosa Oliveira	Agente Administrativo
220006306	Carole Foini E Silva	Agente Administrativo
220006459	Mateus Uchoa Barbosa	Agente Administrativo
220006843	Mirian Cristina De Almeida	Agente Administrativo
220006935	Felipe Simão Nascimento	Agente Administrativo
220006953	Richard Bertolin De Oliveira	Agente Administrativo
220007096	Erica De Paulo Spinola	Agente Administrativo
220007285	Claudio Vitor Maquine Salvador	Agente Administrativo
220007317	Helaine Cristine Vidal Rocha	Agente Administrativo
220007610	Polyana Dayse Moraes Dos Reis	Agente Administrativo
220007755	Marcelo Pinto Monteiro	Agente Administrativo
220007945	Guilherme Augusto Vieira Guimarães Calçado	Agente Administrativo
220007945	Guilherme Augusto Vieira Guimarães Calçado	Agente Administrativo
220008144	Antonio Cristino De Souza Neto	Agente Administrativo
220008411	Vitor De Sá Dos Santos	Agente Administrativo
220008497	Daiane Furtado Santos	Agente Administrativo
220008555	Diene France De Souza	Agente Administrativo
220008972	Atharis Isabela Dos Santos	Agente Administrativo
220009056	Carolina Barros Souza	Agente Administrativo
220009092	Carlos Henrique De Magalhães	Agente Administrativo
220009399	Leandro Duarte Alves Da Silva	Agente Administrativo
220009514	Marcelly Calderano Guilhermino Porto	Agente Administrativo
220009723	Túlio Lacerda Pereira Taveira	Agente Administrativo
220009777	Felipe Jose Gustavo De Oliveira	Agente Administrativo
220009796	Patrícia De Fátima Ribeiro	Agente Administrativo

220009798	Lorraine Cristine Campos Silva	Agente Administrativo
220009813	Gleudson Cândido Felix Costa	Agente Administrativo
220009841	Guilherme De Oliveira Mattos	Agente Administrativo
220009934	Barbara Torga Facal	Agente Administrativo
220010207	José Claudio Coelho	Agente Administrativo
220010251	Thiago Ananias Cunha	Agente Administrativo
220000034	Arléa Ribeiro Barrigio	Agente de Controle Interno
220000147	Marcos Guimaraes Da Silva	Agente de Controle Interno
220001287	Ana Luisa Costa	Agente de Controle Interno
220005326	Thais Copatti Lopes	Agente de Controle Interno
220008807	Rafael Ferreira De Jesus	Agente de Controle Interno
220009461	Valdeci Ferreira De Souza	Agente de Controle Interno
220000389	Tairini Conde Ferreira De Oliveira Antunes	Auxiliar de Contabilidade
220000644	Marimar De Fátima Condé	Auxiliar de Contabilidade
220000917	Kely Fernanda Otoni Viveiros	Auxiliar de Contabilidade
220002097	Bruno Do Carmo Ogura	Auxiliar de Contabilidade
220003038	Cleo Apolinario Dias	Auxiliar de Contabilidade
220005119	Paulo Roberto Mendes Da Silva	Auxiliar de Contabilidade
220006047	Ronaldo Francisco Da Silva	Auxiliar de Contabilidade
220006099	Giovanne Henrique Ferreira Teixeira	Auxiliar de Contabilidade
220006399	Leonardo Alves Da Silva	Auxiliar de Contabilidade
220007030	Sheila Aparecida Vargas	Auxiliar de Contabilidade
220007113	Marcos Paulo Acerbi	Auxiliar de Contabilidade
220007231	Michelle Christina Martins Barbosa	Auxiliar de Contabilidade
220008854	Rafael Ferreira De Jesus	Auxiliar de Contabilidade
220002901	Rivanildo Luiz De Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
220004926	Nicole Andressa De Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
220006844	Mirian Cristina De Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais
220008844	Fabio Junior Santana De Medeiros	Auxiliar de Serviços Gerais
220010440	Gustavo Roman Cimino	Auxiliar de Serviços Gerais
220005748	Rogério Ramos Juliane	Motorista
220006579	Luiz Otávio Damasceno Moreira	Motorista
220010088	Frederico Alves Salvador	Motorista
220004046	Daniela Aparecida Da Silva	Operador de Som e Vídeo
220009456	Valdeci Ferreira De Souza	Operador de Som e Vídeo
220000281	Cassio Junio Da Silva Loures	Técnico em Informática
220000971	Fabiano Júnior Alves Da Silva	Técnico em Informática
220002363	Eduardo Albuquerque Maia	Técnico em Informática
220002489	Igor José Da Silva	Técnico em Informática
220003131	Valdeci Ferreira De Souza	Técnico em Informática

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Advogado

BRANCA	VERDE
1	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O processo argumentativo consiste essencialmente em duas atividades: persuasão e refutação. Persuadir é propor um ponto de vista ou posição e argumentar a favor dela, propondo razões que se julgam pertinentes. Refutar é atacar os argumentos do opositor. Consiste em apresentar contra-argumentos. A alternativa “D) Demonstram a expressão do raciocínio do autor para estabelecer correlações lógicas entre as partes do texto.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão “De acordo com o tipo textual apresentado, pode-se afirmar que as citações de Naci Mocan:”, a análise para resposta deve ter como objeto as citações de Naci Mocan especificamente: “Com a melhora de indicadores sociais, econômicos e a conquista de estabilidade política das nações, as pessoas se tornam menos vingativas”, diz o economista turco Naci Mocan, autor de um estudo comparativo sobre o desejo de vingança em 53 países. O Brasil aparece em terceiro lugar entre as nações nas quais o sentimento de vingança é mais acentuado, atrás da Bielorrússia e da Bélgica. “Se o sistema jurídico funciona, as pessoas esperam que os conflitos terminem com a correção do mal que lhes foi causado”, disse o economista à Veja.”. E ainda, é possível reconhecer a apresentação da premissa que será sustentada por tal recurso argumentativo em “A cultura é um fator determinante na frequência com que os desejos de retaliação se manifestam numa sociedade. O sentimento de vingança é controlado à medida que um país se desenvolve economicamente e suas instituições democráticas se tornam mais sólidas.” As citações não são a expressão do raciocínio do autor, são a expressão do raciocínio de Naci Mocan que contribuem para a sustentação do raciocínio do articulador.

Fontes:

- O próprio texto.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA	VERDE
2	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Foi através da vontade de perdoar que a humanidade conseguiu interromper longas espirais de violência provocadas pela vingança.” (2o§), é possível observar:

1 – Vontade de perdoar (ação subentendida em vontade de perdoar que, observando-se o contexto, tem o efeito de praticar a ação de perdoar);

2 – interromper longas espirais de violência provocadas pela vingança (efeito: interrupção de violência provocada pela vingança).

A alternativa “B) Opinião do enunciador acerca do fato mencionado.” não pode ser considerada correta, pois, sobre o fato mencionado: a interrupção da violência, não há opinião emitida. Há uma consideração da possível causa, mas não opinião sobre o resultado alcançado.

Fontes:

- O próprio texto.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA	VERDE
4	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) Aponta a expressão de uma comparação entre dois fatos e seu desenvolvimento paralelo.” não pode ser considerada correta, pois, À MEDIDA QUE: A proporção é, a rigor, uma especificação da temporalidade. Consiste no desenrolar paralelo de dois fatos, entre os quais pode haver uma relação de causa e efeito. Nos textos dissertativos, sobretudo com caráter argumentativo, é comum que a noção de causa-efeito sobressaia em relação à de paralelismo; neste caso, a locução na medida em que passa a indicar a razão ou justificativa do que se declara na oração principal. É o que ocorre no trecho em análise “O sentimento de vingança é controlado à medida que um país se desenvolve economicamente e suas instituições democráticas se tornam mais sólidas.” (1o§).

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.

BRANCA	VERDE
5	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “B) “O sentimento de vingança é controlado à medida que um país se desenvolve economicamente e suas instituições democráticas se tornam mais sólidas.” / Justificativa: O termo destacado apresenta contração da preposição “a” com o artigo definido “a”. não pode ser considerada correta. A utilização do acento grave, que indica a crase, depende do conhecimento de noções de termo regente e termo regido. A crase só vai ocorrer quando o termo regente exigir a preposição “a”, e o termo regido admitir o artigo “a” (ou as): Ex.: A tolerância humana à radiação é limitada.

A palavra “radiação” é feminina, admite o artigo “a” e, nessa frase, depende da palavra “tolerância”, que exige a preposição “a”. Nas locuções femininas (adverbiais, prepositivas e conjuntivas) utiliza-se o acento grave sobre o “a”, mesmo quando não há ocorrência de crase. (Celso Luft).

Fontes:

- FARACO, MOURA, MARUXO. Gramática. Ed. Ática.
- LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. 2.ed. Porto Alegre: Globo.

BRANCA	VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Dados temporais.” foi considerada correta. De acordo com o trecho “A morte de George Floyd completa um ano hoje.” associado à data da reportagem e à data do fato mencionado, pode-se concluir que a reportagem teve como motivo relevante para escolha da pauta a marcante data de um ano após o fato apresentado que marcou vários protestos ao redor do mundo. A alternativa “C) Ocorrência de um fato relevante.” não pode ser considerada correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS-MENDES, Adelma N.N. Projeto de pesquisa-ação: os gêneros textuais e sua didática; uma prática reflexiva para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa/materna. Departamento de Pesquisa. Universidade Federal do Amapá (Unifap), 2008-2011.

BRANCA	VERDE
8	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Em 25 de maio de 2020, uma jovem caminhava pelas ruas de Minneapolis quando sacou o celular para registrar uma cena assustadora: um policial com o joelho em cima do pescoço de um homem negro, que repete “eu não consigo respirar” enquanto é imobilizado no chão por 9 minutos.” O discurso direto é como uma teatralização do discurso anterior: “Ao contrário do discurso indireto, em que predomina a interpretação, no discurso direto predomina a repetição, a imitação. Esta é a razão porque o discurso direto autentica os enunciados reportados. Ela dá a segurança que decorre da ilusória sensação de exatidão das citações.” (BENITES, 2002, p. 59-60) Uma citação pode exercer múltiplas funções e por isso os limites entre uma e outra são frágeis. A classificação, então tem o objetivo de identificar a “operação argumentativa que está por trás da incorporação da voz do outro no discurso em pauta.” (BENITES, 2000, p. 90) Em algumas situações o locutor citante ao reproduzir o discurso do outro procura manter-se afastado do que será dito, “de forma a não se envolver e, consequentemente, não ser dado como responsável por ela, mas apenas como seu retransmissor” (BENITES, 2002, p. 102). Tal modalidade de citação é definida pela autora como “citação de isenção de responsabilidade”. A alternativa “D) Classifica-se como discurso indireto, pertencente a uma terceira pessoa.” não pode ser considerada correta. No discurso indireto o interlocutor diz o que a outra pessoa ou personagem falou. Ele o faz com as suas próprias palavras. É o tipo de discurso comum no dia a dia, narrado na terceira pessoa, que dispensa o uso de travessão ou de aspas.

Fontes:

- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- O discurso citado nas reportagens telejornalísticas: uma análise a partir do jornal nacional <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3303/2609>

BRANCA	VERDE
9	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A linguagem utilizada é simples e objetiva, como nos demais textos jornalísticos. É importante que se estabeleça uma relação com o leitor/ interlocutor. Pode-se também, na reportagem, fazer a observação do fato ocorrido através da interpretação. A alternativa “A) O registro formal utilizado está diretamente associado ao nível de credibilidade conferido às informações expostas.” foi considerada correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “B) As variantes linguísticas empregadas no texto demonstram sua atualidade, característica inerente ao gênero textual em análise.” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o emprego de variantes linguísticas em momento algum do texto apresentado. Há quatro tipos de distinção dentro das variações linguísticas. Variações históricas (diacrônicas): As variações históricas tratam das mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo. Algumas expressões deixaram de existir, outras novas surgiram e outras se transformaram com a ação do tempo. Um clássico exemplo da língua portuguesa é o termo “você”: no português arcaico, a forma usual desse pronome de tratamento era “vossa mercê”, que, devido a variações inicialmente sociais, passou a ser mais usado frequentemente como “vosmecê”. Com o passar dos séculos, essa expressão reduziu-se ao que hoje falamos como “você”, que é a forma incorporada pela norma-padrão (visto que a língua se adapta ao uso de seus falantes) e aceita pelas regras gramaticais. Em contextos informais, é comum ainda o uso da abreviação “cê” ou, na escrita informal, “vc” (lembrando que estas últimas formas não foram incorporadas pela norma-padrão, então não são utilizadas na linguagem formal). Vossa mercê → Vosmecê → Você →

Cê. Outras mudanças comuns são as de grafia, as quais as reformas ortográficas costumam regular. Assim, a partir de 2016, a palavra “consequência” passou a ser escrita sem trema, sendo que antes era escrita desta forma: “conseqüência”. Do mesmo modo, a palavra “fase” é hoje escrita com a letra f devido à reforma ortográfica de 1911, sendo que antes era escrita com ph: “phase”. Conseqüência → Consequência. Phase → Fase. Vale, ainda, comentar a respeito de palavras que deixam de existir ou passam a existir. Isso acontece frequentemente com as gírias: se antes jovens costumavam dizer que algo era “supimpa” ou que “aquele broto é um pão”, hoje é mais comum ouvir deles que algo é “da hora” ou que “aquela mina é mó gata”. Variações geográficas (diatópicas): As variações geográficas naturalmente falam da diferença de linguagem devido à região. Essas diferenças tornam-se óbvias quando ouvimos um falante brasileiro, um angolano e um português conversando: nos três países, fala-se português, mas há diferenças imensas entre cada fala. Não é preciso que a distância seja tão grande: dentro do próprio Brasil, vemos diferenças de léxico (palavras) ou de fonemas (sons, sotaques). Há diferenças entre a capital e as cidades do interior do mesmo estado. Observemos alguns exemplos de diferenças regionais: “Mandioca”, “aipim” ou “macaxeira”? Os três nomes estão corretos, mas, dependendo da região do Brasil, você ouvirá com mais frequência um ou outro. O mesmo vale para a polêmica disputa entre “biscoito” e “bolacha”, que se estende para todo o território nacional. As gírias também variam bastante regionalmente: cerveja pode ser conhecida como “bera” em regiões do Paraná, “breja” em São Paulo e “cerva” no Rio de Janeiro. Variações sociais (diastráticas): As variações sociais são as diferenças de acordo com o grupo social do falante. Embora tenhamos visto como as gírias variam histórica e geograficamente, no caso da variação social, a gíria está mais ligada à faixa etária do falante, sendo tida como linguagem informal dos mais jovens (ou seja, as gírias atuais tendem a ser faladas pelos mais novos). Há, ainda, expressões informais ligadas a grupos sociais específicos. Um grupo de futebolistas, por exemplo, pode usar a expressão “carrinho” com significado específico, que pode não ser entendido por um falante que não goste de futebol ou que será entendido de modo distinto por crianças, por exemplo. Um grupo de capoeiristas pode facilmente falar de uma “meia-lua”, enquanto pessoas de fora desse grupo talvez não entendam imediatamente o conceito específico na capoeira. Do mesmo modo, capoeiristas e instrumentistas provavelmente terão mais familiaridade com o conceito de “atabaque” do que outras pessoas. As profissões também influenciam bastante nas variações sociais por meio dos termos técnicos (jargões): contadores falam dos termos “ativo” e “passivo” para remeter a conceitos diferentes daqueles usados por linguistas. No entanto, em ambos os casos, ativo e passivo são conceitos muito mais específicos do que seu uso geral em outros grupos. Variações estilísticas (diafásicas): As variações estilísticas remetem ao contexto que exige a adaptação da fala ou ao estilo dela. Aqui entram as questões de linguagem formal e informal, adequação à norma-padrão ou despreocupação com seu uso. O uso de expressões rebuscadas e o respeito às normas-padrão do idioma remetem à linguagem tida como culta, que se opõe àquela linguagem mais coloquial e familiar. Na fala, o tom de voz acaba tendo papel importante também. Assim, o vocabulário e a maneira de falar com amigos provavelmente não serão os mesmos que em uma entrevista de emprego, e também serão diferentes daqueles usados para falar com pais e avós. As variações estilísticas respeitam a situação da interação social, levando-se em conta ambiente e expectativas dos interlocutores.

Fontes:

- O próprio texto.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

BRANCA	VERDE
11	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta CORRETA é a letra A. Não se pode afirmar que a crise atual de Cuba tenha começado apenas com a pandemia. Existem de fato, inúmeros fatores anteriores, para justificar tal fato. Localizado na América Central, no mar do Caribe, o território cubano possui 110,8 mil quilômetros quadrados, onde residem 11,2 milhões de pessoas, sendo a densidade demográfica (população relativa) de 101 habitantes por quilômetro quadrado. De acordo com dados divulgados em 2009, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país é 0,863. Foi a única nação do continente americano que adotou o socialismo como sistema político (embora alguns

autores não concordem que Cuba tenha sido verdadeiramente socialista). Essa posição de Cuba teve como consequência o embargo econômico de muitas nações do mundo, sobretudo dos Estados Unidos. Entretanto, o regime foi apoiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo que essa grande potência importava os principais produtos cubanos (açúcar, arroz, tabaco, entre outros), além de fornecer subsídios financeiros ao país. Contudo, com a desintegração da União Soviética, em 1991, Cuba passou a enfrentar diversos problemas econômicos. Nos últimos anos, visando reverter a situação, o governo passou a estimular investimentos estrangeiros (de forma moderada), promoveu a aproximação com a Venezuela (esse país fornece 100 mil barris de petróleo diários com preços inferiores) e incentiva o turismo, que é proporcionado em virtude das belezas naturais da ilha. Em julho de 2006, em razão de um problema de saúde, o grande líder Fidel Castro, após 49 anos no poder, foi afastado da presidência nacional. Seu irmão, Raúl Castro, que participou da revolução cubana, assumiu o cargo de presidente, mas Fidel continua como líder do Estado cubano. Durante o novo governo, foi liberada a aquisição de computadores, no entanto, o uso da internet é restrito. Outra medida foi o acesso a celulares, contudo, o serviço é muito caro, sendo inacessível à maioria da população. As pressões internacionais e os constantes embargos econômicos fizeram com que Cuba, em 2004, libertasse cinco presos políticos. Como consequência dessa atitude, a União Europeia (UE) e outros países da América reataram relações diplomáticas com Cuba. A nação estuda a possibilidade de reintegração à Organização dos Estados Americanos (o país foi expulso da entidade em 1962), para que isso ocorra, Cuba deve respeitar os princípios elementares da organização.

Fontes:

- Protestos em Cuba: população vai às ruas contra ditadura de Díaz-Canel (uol.com.br)
- Cuba: Últimas Notícias | GZH (clicrbs.com.br)
- O que é o embargo dos EUA a Cuba e como ele afetou a economia da ilha | CNN Brasil

BRANCA	VERDE
15	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, o Pantanal é uma imensa área de biodiversidade compartilhada com outros países. Apesar disso, $\frac{3}{4}$ do bioma está em território brasileiro. Em 2020, ocorreu uma queimada de 20% do bioma do Pantanal. As causas estão relacionadas à ordem natural e à ação humana. A princípio, no período de outono/inverno, em países de clima tropical como o Brasil, o clima fica mais seco. Como resultado, a umidade relativa do ar cai. Logo, podem acontecer incêndios por causas naturais. Por exemplo, quedas de raios. No entanto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) diz de maneira muito clara que a quase totalidade dos incêndios não é criada sob o ponto de vista natural. Em outras palavras, a criação é antrópica, causada por humanos. Ou seja, são agropecuaristas que colocam fogo em suas áreas para poder abrir espaço para agricultura e agropecuária. Por consequência, o fogo não respeita limite de propriedade. Como resultado, ele se espalha por uma área muito maior do que aquela que seria a desejável. O resultado das queimadas no Pantanal foi a perda de 20% do bioma. Já as consequências são: perda da fauna e da flora; Desertificação; Abertura de voçoroca (fendas no solo pela perda de material nutriente); Tendência do solo a longo prazo ficar menos fértil do que é atualmente; Assoreamento de cursos d'água (acúmulo de material orgânico no leito de rios que prejudica a vida aquática e a navegabilidade). Portanto, podemos dizer que o impacto das queimadas no Pantanal é socioambiental. Afinal, tem consequências tanto ao meio ambiente quanto aos seres humanos.

Fontes:

- Seca pode intensificar novo recorde de queimadas no Pantanal neste ano (enfoquems.com.br)
- <https://noticiasconcursos.com.br/atualidades-causas-das-queimadas-no-pantanal/#:~:text=Contudo%2C%20podemos%20destacar>
- Queimadas no Pantanal: as causas e os impactos | Biodiversidade | Um só Planeta (globo.com)

BRANCA	VERDE
16	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa de que a gratuidade existe para pessoas físicas, não nega tal gratuidade para as pessoas jurídicas. Apenas não foi mencionado. A resposta CORRETA é a letra A. Em meados de fevereiro, o Banco Central (BC) anunciou o Pix, novo sistema de pagamentos instantâneos, que deve mudar a forma de fazer transferências e pagamentos no país. Com a promessa de ser rápido, barato, moderno e acessível a toda a população, o lançamento do Pix teve enorme repercussão. E era de se esperar que uma das maiores inovações do setor bancário das últimas décadas gerasse dúvidas à altura da novidade. O Pix é o novo sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central. Sua proposta é ser um meio de pagamento mais seguro, competitivo e rápido. Na prática, entre suas várias funcionalidades, ele permite fazer transferências e pagamentos em até dez segundos, sendo que essas transações podem acontecer 24 horas por dia, em todos os dias do ano, inclusive nos finais de semana e feriados. Ele também permite fazer transferências digitando apenas o celular ou CPF da pessoa que vai receber o valor, eliminando a necessidade de digitar todos os dados da conta. Com o Pix, também é possível fazer pagamentos em tempo real a lojas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, além de quitar contas de água e luz, e até recolher impostos. A principal característica do Pix é sua instantaneidade. Se uma TED ou um DOC podem levar horas ou até dias para acontecer, a depender do horário, com o Pix a movimentação financeira será imediata. Em até dez segundos, o recebedor terá o dinheiro em sua conta. O Pix também mudou os fluxos de pagamentos, de forma geral. Hoje, para um pagamento eletrônico acontecer é necessária uma conta origem e uma conta destino, mas também um emissor de cartão (banco), uma adquirente (dona da maquininha), uma bandeira de cartão e um processador (que conecta todos os intermediários). Com o Pix, os intermediários entre as contas deixam de ser necessários. Da conta de origem o dinheiro vai direto para a conta destino – em segundos. Com a chegada do Pix, portanto, não importa mais qual é o meio de pagamento, mas se a conta que o cliente está usando está integrada ao Pix. “Essa mudança transforma o pagamento em commodity e a protagonista do processo é a conta – o meio pelo qual os participantes vão acessar e monetizar seus clientes”, diz João Bragança, diretor sênior da consultoria Roland Berger, especializada em meios de pagamento. Na prática, isso significa que ninguém mais vai querer saber se sua conta é do banco X ou Y para fazer uma transferência ou a bandeira do cartão na hora da compra de um produto. As chaves nada mais são que uma forma de identificar o usuário dentro do ecossistema Pix. Elas funcionam como o endereço da sua conta no novo sistema, ou um “apelido” da conta, como definiu o BC. A chave Pix pode ser: o CPF/CNPJ, o celular, o e-mail, ou a chave aleatória, que é um código alfanumérico (formado por números e letras) gerado pelo sistema. É essa chave que vai permitir que a pessoa que faz um pagamento via Pix transfira o dinheiro para a conta de outra digitando apenas o celular ou o CPF dela. Ao informar a chave, o sistema já vai saber para qual conta deve enviar o dinheiro. Não será mais preciso informar o banco, a agência, o número da conta, CPF e outros dados como funciona hoje com uma TED, por exemplo. Cada pessoa física pode ter até cinco chaves por conta que estiver sob sua titularidade, e cada pessoa jurídica pode ter até 20 chaves, também por conta. Só não é possível repetir a mesma chave para contas diferentes, porque como o código vai funcionar como o endereço de entrega dos valores, o sistema não identificaria para qual conta transferir o valor. Respeitadas essas condições, uma pessoa pode ter 15 chaves, por exemplo, em contas de três bancos diferentes.

Fontes:

- PIX: entenda como funciona o novo sistema de pagamentos | InfoMoney
- <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/08/30/pix-o-2-meio-de-pagamento-mais-utilizado-no-brasil-mostra-estudo.ghtml>

BRANCA	VERDE
18	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo consta, o Conteúdo Programático seria Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional e internacional. O item de

“Vinculações históricas” abre precedente para questões desse teor. O primeiro carro lançado pela montadora foi o modelo A, que ofereceu inicialmente apenas 1708 unidades. A primeira grande conquista da Ford foi o início da exportação de seus veículos para a Grã-Bretanha. A primeira planta industrial da Ford fora do território dos Estados Unidos foi aberta em 1904, em Ontário, no Canadá. Já em 1908, a montadora abriu sua planta na Europa, instalada em Paris, na França.

O nome por trás do sucesso da Ford foi o de Henry Ford, um homem visionário e revolucionário, que mudou completamente a indústria mundial, com seus métodos de produção em escala, que eram únicos na época. Com o passar dos anos, a Ford expandiu seu território de atuação e abriu fábricas na Inglaterra e na Argentina. No Brasil, inicialmente, os carros da Ford chegavam por meio da importação feita por William T. Wright. O sucesso da linha de montagem móvel criada por Ford já era um sucesso no ano de 1914, criando uma verdadeira revolução na indústria automotiva e elevando a produção de forma efetiva. Neste mesmo ano, os Modelos T, fabricados pela Ford, eram vendidos ao valor de 260 dólares. A Ford está hoje na linha de frente das tecnologias que abrem caminho para a mobilidade do futuro, com carros elétricos, autônomos, inteligentes e conectados. Para chegar até aqui foram décadas de investimento, pesquisa e inovação, que nasceram com o sonho de Henry Ford de tornar o automóvel acessível para as massas. Ao desenvolver a produção em série de veículos, Ford pôs o mundo sobre rodas, revolucionou a indústria e virou fonte de inspiração para empreendedores e inovadores de todas as áreas. Foi também um dos pioneiros a acreditar no potencial de desenvolvimento do Brasil, tornando a Ford a primeira a produzir automóveis no país, em 1919, com o emblemático Modelo T. Começou assim essa riquíssima história escrita por profissionais dedicados e grandes produtos, que ajudam a contar o avanço social, econômico e cultural do Brasil nos últimos 100 anos. Uma escola de engenharia reconhecida também pela difusão de valores como ética, integridade, respeito, amor ao trabalho e cidadania para promover a evolução do homem e da vida em sociedade.

Fonte:

- Ford encerra a produção de veículos no Brasil | Economia | G1 (globo.com)
- ANÁLISE: Por que a Ford vai encerrar a produção de carros no Brasil - NeoFeed
- História da Ford - Sobre a Ford | Ford Brasil
- Quando a ford veio para o brasil? - ISTOÉ DINHEIRO (istoedinheiro.com.br)
- A Ford produz mais Mustangs elétricos do que gasolina - Avalanche Notícias (avalanchenoticias.com.br)

BRANCA	VERDE
21	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O que é afirmado nas alternativas A, C e D da questão, está de acordo, **respectivamente** com os artigos 2º, §1º; 4º, II; e 3º, IV, da Lei 10.520/02. Por conta disso, afirma-se, quanto às opções que o disposto nos itens A, C e D está **CORRETO**.

Art. 2º, § 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

II - do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...)

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

O item B, está **INCORRETO** porque contraria o item II, do artigo 5º da Lei do Pregão, Lei 10.520/02, abaixo, que proíbe a aquisição do edital pelos licitantes como condição para participação da licitação, estando esta afirmação errada, devendo ser a opção do candidato.

Art. 5º É VEDADA a exigência de: (...) II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

As fazes utilizadas nas questões, foram as indicadas nos respectivos artigos, o que permite afirmar que a nomenclatura das fases também está de acordo com o texto da Lei do Pregão.

Sendo assim, pela manutenção do gabarito desta questão que está correto ao indicar como incorreta apenas a Letra B, que deverá ser a opção do aluno.

Fonte:

- Lei 10.520/02, Lei do Pregão.

BRANCA	VERDE
22	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os Recorrentes que a Lei 9.784/99, que trata do processo administrativo Federal não consta do programa do Concurso Público. A questão atacada tem por tema a Avocação e delegação de competência, tratada precipuamente na referida lei. O tema consta do conteúdo programático “Avocação e delegação de competência”. O assunto é tratado na doutrina a partir do normativo impugnado, como permite afirmar a própria conceituação do instituto que é retirada da lei vergastada, especialmente seu art. 15, conforme informado por Alexandre Mazza:

Diante de motivos relevantes devidamente justificados, o art. 15 da Lei n. 9.784/99 permite que a autoridade hierarquicamente superior chame para si a competência de um órgão ou agente subordinado. Esse movimento centrípeto é a chamada avocação de competência, medida excepcional e temporária pela qual determinada competência administrativa é convocada pela autoridade superior. Ao contrário da delegação, a avocação só pode ser realizada dentro de uma mesma linha hierárquica, denominando-se avocação vertical. Não existe, no direito brasileiro, avocação horizontal, que é aquela realizada entre órgãos ou agentes dispostos sem subordinação hierárquica.(Mazza, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021)

Sendo assim, improcedente o presente recurso.

Fonte:

- Edital do Concurso Público, Conteúdo Programático de Direito Administrativo: **Conteúdo Programático: DIREITO ADMINISTRATIVO (ADVOGADO)** Princípios constitucionais e infraconstitucionais da atividade administrativa. Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. Princípios da administração pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, continuidade, presunção de veracidade e de legalidade, autoexecutoriedade, autotutela, segurança jurídica, proteção a confiança e boa-fé. Administração Pública. Desconcentração e descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e privadas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público). A estruturação da advocacia pública. Atividade da administração pública. Poderes da administração pública e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder regulamentar. Poder disciplinar. Poder de polícia. Atos administrativos. Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. Fato e ato administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos em espécie. Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. O silêncio no direito administrativo. Cassação. Vícios, defeitos e desfazimento dos atos administrativos. Revogação e anulação e teoria das nulidades no direito administrativo.

Cassação e preservação (convalidação, ratificação e conversão). Prescrição e decadência. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Processo administrativo disciplinar. Servidor: cargo, emprego e funções. Atribuições. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. **Avocação e delegação de competência**. Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. Improbidade administrativa. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Regime jurídico, direitos, deveres, proibições e vantagens. Licitação. Noções gerais. Tratamento normativo. Legislação básica. Princípios. Modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão). Registro cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Controle. Regime diferenciado de contratação (RDC). Legislação pertinente. Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações. Lei Federal nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Contratos da administração. Serviços públicos. Concessão, permissão, autorização e delegação. Serviços delegados. Convênios e consórcios. Conceito de serviço público. Caracteres jurídicos. Controle da Administração pública. Bens públicos. Classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. Restrições e limitações administrativas. Intervenção no domínio econômico: desapropriação. Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano.

BRANCA	VERDE
23	22

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

O item I está de acordo com a doutrina:

Supraprincípios ou superprincípios são os princípios centrais dos quais derivam todos os demais princípios e regras do Direito Administrativo. Conforme ensina Celso Antônio Bandeira de Mello⁵, são dois os supraprincípios: a) supremacia do interesse público sobre o privado; e b) indisponibilidade do interesse público. (MAZZA, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021., p. 59)

O item II deve ser considerado **INCORRETO** por sua **IMPRECISÃO TERMINOLÓGICA**, ao colocar todos os exemplos informados como atos jurídicos, motivo, pelo qual **o gabarito deve ser modificado**. Como exemplo, Alexandre Mazza a classifica de procedimento, isto é, uma série ordenada de atos administrativos:

a natureza jurídica da licitação é a de uma sequência ordenada de atos administrativos. Desse modo, é incorreto tratar da licitação como ato administrativo isolado. Também não se trata de processo administrativo, este um termo técnico utilizado no sentido de relação jurídica; (MAZZA, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021., p. 253)

O item III está de acordo com o artigo 37, caput da CRFB, os princípios estão explicitados no artigo.

CRFB

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

De acordo com Mazza:

Chamados também de princípios explícitos ou expressos, estão diretamente previstos na Constituição Federal. (MAZZA, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021., p. 62)

O item IV, se refere a um artigo que trata do princípio da **IMPESSOALIDADE** e não da publicidade, houve indicação errônea do princípio devendo, a afirmação, ser considerada **INCORRETA**, motivo pelo qual **o gabarito deve ser modificado**, o que nos informa Alexandre Mazza:

O art. 37, § 1º, da Constituição Federal (“a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social...”) é uma regra de impessoalidade. A palavra “publicidade” está empregada no sentido de propaganda, não induzindo nenhuma relação com o princípio da publicidade. (MAZZA, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021., p. 71)

Sendo assim, procedem os recursos interpostos, para considerar incorretos os itens II e IV, sendo corretas apenas as proposições presentes em I e III, devendo haver a respectiva **MODIFICAÇÃO DO GABARITO PARA LETRA C** da questão.

Fonte:

- CRFB, MAZZA, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021.

BRANCA	VERDE
26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alegam os Recorrentes que o tema OSCIPs não consta no programa do Concurso Público. O tema consta do conteúdo programático “Entidades paraestatais e Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO**).” **OSCIPs**, tratadas principalmente na lei 9.790/99. Sendo assim, improcedente o presente recurso.

Fonte:

- Edital do Concurso Público, Conteúdo Programático de Direito Administrativo: **Conteúdo Programático: DIREITO ADMINISTRATIVO (ADVOGADO)** Princípios constitucionais e infraconstitucionais da atividade administrativa. Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. Princípios da administração pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, continuidade, presunção de veracidade e de legalidade, autoexecutoriedade, autotutela, segurança jurídica, proteção a confiança e boa-fé. Administração Pública. Desconcentração e descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e privadas. Sociedades de economia mista. **Entidades paraestatais e Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público)**. A estruturação da advocacia pública. Atividade da administração pública. Poderes da administração pública e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder regulamentar. Poder disciplinar. Poder de polícia. Atos administrativos. Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. Fato e ato administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos em espécie. Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. O silêncio no direito administrativo. Cassação. Vícios, defeitos e desfazimento dos atos administrativos. Revogação e anulação e teoria das nulidades no direito administrativo. Cassação e preservação (convalidação, ratificação e conversão). Prescrição e decadência. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Processo administrativo disciplinar. Servidor: cargo, emprego e funções. Atribuições. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. Improbidade administrativa. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência

constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Regime jurídico, direitos, deveres, proibições e vantagens. Licitação. Noções gerais. Tratamento normativo. Legislação básica. Princípios. Modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão). Registro cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Controle. Regime diferenciado de contratação (RDC). Legislação pertinente. Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações. Lei Federal nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Contratos da administração. Serviços públicos. Concessão, permissão, autorização e delegação. Serviços delegados. Convênios e consórcios. Conceito de serviço público. Caracteres jurídicos. Controle da Administração pública. Bens públicos. Classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno. Restrições e limitações administrativas. Intervenção no domínio econômico: desapropriação. Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano.

BRANCA	VERDE
27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No que tange à aludida questão, verifica-se que ela é toda embasada no texto da lei que trata das concessões e permissões, Lei 8987/95. As afirmativas para análise ou explicitam o texto da lei ou o contrariam.

Os itens I e III estão corretos, estando de acordo com o artigo, 6º, caput e 7º, IV da Lei 8987/95:

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

O item II, apesar dos direitos lá citados no início estarem de acordo com os incisos I e II, do art. 7º, da Lei 8987/95, em sua parte final contraria o art. 7º, Caput, da Lei 8987/95, estando, portanto errado.

O item IV está errado porque contraria o art. 7º A, da Lei de concessões e permissões:

Lei 8.987/95, Art. 7º-A. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

Quanto à aplicação ou não do Código de Defesa do Consumidor ao caso em estudo, a própria Lei abre espaço à sua aplicação, como explicitado, além disso, Alexandre Mazza informa que ela se dará de modo subsidiário:

É importantíssimo lembrar que o art. 7º da Lei das Concessões (Lei n. 8.987/95) admite expressamente a aplicabilidade subsidiária das regras do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) no que diz respeito aos direitos do usuário. Em razão do critério da especialidade, é a Lei n. 8.987/95 (norma especial) que incide primariamente sobre o que doutrina e jurisprudência chamam de “relação jurídica especial de consumo” (usuário de serviço público), cabendo ao CDC uma aplicação apenas subsidiária; (Mazza, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021)

Sendo assim, não há que se falar em modificação da questão.

Fonte:

- Lei 8987/95, Lei de Concessões e permissões e Mazza, Alexandre. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Editora Saraiva, 2021

BRANCA	VERDE
29	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão concerne tema contemplado no edital do concurso, pois versa sobre atribuição do Supremo Tribunal Federal, órgão que compõe o Poder Judiciário. No mais, vê-se que o ao citar que a Constituição fora violada é evidente tratar-se da Norma Maior situada no topo da pirâmide da Leis do país. Acaso trata-se de norma que dispõe sobre a organização de um Estado Membro da Federação, o aposto “Estadual” constaria presente de forma imprescindível.

Fonte:

- Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental consta do Art. 1º, parágrafo único, I da Lei n. 9882/88, sendo cabível “I – quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição”.

BRANCA	VERDE
31	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz como gabarito tema incontroverso, que observa a letra do artigo o art. 74,II da CRFB, o qual prevê que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado. O fato de não trazer a inteireza do dispositivo constitucional não torna a resposta incorreta, uma vez que as ações contempladas no enunciado atendem o questionado, sem atrair necessariamente o texto integral da norma.

Fonte:

- Artigo 74, II da CRFB/88.

BRANCA	VERDE
33	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiramente, convém salientar que consta expressamente como conteúdo programático do edital o item “Funções Essenciais à Justiça: da Defensoria Pública.”

Quanto ao teor da resposta correta, vê-se que apenas a “inamovibilidade” não é um princípio institucional da defensoria pública, na forma do art. 134 §4º da CRFB, que dispõe sobre os princípios institucionais do órgão. De acordo com esse dispositivo a unidade, a independência funcional e a indivisibilidade constituem os princípios institucionais da Defensoria Pública.

Fonte:

- Artigo 134 §1º e art. 134 §4º da CRFB.

BRANCA	VERDE
36	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Orgânica é a norma que regula a organização dos municípios, sem natureza de norma constitucional. Ela deve obediência à Constituição Federal e à Constituição Estadual. Nesse sentido, não compete ao legislador municipal adentrar na competência dos legisladores nas esferas federal e estaduais. Nesse sentido, a Lei Orgânica não é o

instrumento legal próprio para reger a matéria em questão. Ainda que os municípios sejam entes autônomos, a prerrogativa de função somente será cabível nas hipóteses constitucionais.

Fonte:

- Art. 29 da CRFB.

BRANCA	VERDE
37	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo cobrado na questão encontra-se no Capítulo I do Código Civil: da Personalidade e da Capacidade

Fonte:

- Edital

BRANCA	VERDE
38	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I está correta, pois de acordo com o art. 408 do Código Civil: “Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.” Com a devida vênia às razões do recurso, o que o recurso argumentou foi a possibilidade de as partes negociarem situação diversa, o que não foi objeto de questionamento na questão. A afirmativa II está correta, pois de acordo com o art. 409 do Código Civil: “Art. 409. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.” A afirmativa III está incorreta, pois em desacordo com o art. 412 do Código Civil: “Art. 412. O valor da cominação imposta na cláusula penal **não** pode exceder o da obrigação principal.” As razões recursais indicaram que a afirmativa estaria correta em parte. Ora, mesmo a se entender que estaria correta, em parte, significa que não estava correta em sua inteireza, portanto, é incorreta.

Fonte:

- Código Civil

BRANCA	VERDE
39	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D” é a incorreta, pois contraria o art. 662 do Código Civil: “Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são **ineficazes** em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.” Com efeito é pacífica, na doutrina e jurisprudência, a diferenciação entre ato nulo e ineficaz.

Fonte:

- Código Civil

BRANCA	VERDE
43	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos apresentados sustentam que a segunda afirmativa está correta, fundamentando em artigos do Código Civil. Sem razão. Ela está incorreta, sendo clara a redação do art. 240, no seu §4º, que dá conta que o §1º, ao contrário do afirmado na alternativa, se aplica à decadência: “Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **§ 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.** § 2º Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no § 1º. § 3º A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. **§ 4º O efeito retroativo a que se refere o § 1º aplica-se à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei.”**

Fonte:

- Código de Processo Civil

BRANCA	VERDE
45	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Apenas a alternativa C responde corretamente ao proposto pelo enunciado da questão. A alternativa D está correta, nos termos da combinação do art. 113 caput da Lei Orgânica do Município de Barbacena: “A Advocacia Geral do Município, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, representa o Município judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo.”

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Barbacena

BRANCA	VERDE
46	47

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão apresenta mais de uma resposta correta, podendo ser a alternativa indicada pelo gabarito preliminar, assim como a alternativa A, neste caso deve-se observar o teor da Súmula 599 STJ – O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

Fonte:

- Código Penal Brasileiro e Súmula 599 STJ.

BRANCA	VERDE
47	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após detida análise dos argumentos recursais, não merecem guarida, pois apenas a alternativa C responde corretamente ao assunto proposto, sendo certo que o candidato deveria assinalar a opção que indicasse hipótese não prevista em Lei (Estatuto do Servidor) sobre a contagem de tempo para fins de aposentadoria.

A alternativa A reproduz o teor do Art. 118, que informa que “*Contar-se-á para efeito de aposentadoria e disponibilidade: (...) V - o período de serviço ativo nas forças armadas prestado durante a paz, computado em dobro o tempo em operação de guerra;*”. Portanto, é tema previsto em Lei.

Já a alternativa C contraria totalmente a redação do art. 95 “*Art. 95 Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, **padrasto ou madrasta**, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial, ratificada pelo Instituto Municipal de Assistência ao Servidor – IMAS. § 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo. **§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada por até 90 (noventa) dias, mediante parecer de junta médica, e, excedendo estes prazos, sem remuneração, limitado ao prazo máximo de 12 (doze) meses.***”

Fonte:

- A Lei nº 3.245, de 13 de dezembro de 1995 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Barbacena.

BRANCA	VERDE
48	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Imperativo esclarecer que o enunciado da questão delimitou sobre o tema tratado - Comissões Parlamentares de Inquérito -, bem como o dispositivo legal que o candidato precisava demonstrar conhecimento - Regimento Interno da Câmara Municipal.

Portanto, à luz do Regimento Interno da Câmara, apenas a alternativa C está correta, pois reproduz a literalidade o art. 67 caput.

Já a alternativa A não traz o teor da norma, em específico o §4º do art. 67, o qual informa que “*§ 4º. As investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito terão como dispositivos subsidiários para sua atuação, no que for aplicável, os do Código de Processo Penal.*”, não há menção sobre Constituição da República.

Fonte:

- Regimento Interno da Câmara Municipal.

BRANCA	VERDE
49	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Constitui ato de improbidade administrativa importando **em enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades salvaguardadas pela Lei de Improbidade Administrativa. Assim, o Prefeito que utiliza, em obra ou serviço particular, máquinas da municipalidade não gera perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração direta e indireta, mas sim um enriquecimento ilícito em função do cargo de Prefeito, prática prevista no art; 9ª da Lei de Improbidade.

Imperioso destacar que todas as demais alternativas estão previstas no rol do art. 10 da Lei. Desta forma, somente a alternativa A responde corretamente ao comando da questão.

Fonte:

- Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	8	14	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 1º§ denota claramente que o homem era inseguro em relação à mulher, observe: “Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as joias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos”. O comportamento do homem demonstrava desconfiança, cisma e incerteza a respeito da fidelidade e honestidade da mulher. Suas ações eram machistas; se considerava ‘dono’ da mulher. A opção de resposta que denota que “A mulher era atraente e sedutora; por isso, os homens a olhavam intensamente” não condiz com as ideias e reflexões evidenciadas ao longo do texto, pois a mulher tinha uma beleza incomparável; no entanto, a mulher não era sedutora, pois sua graciosidade era natural e espontânea, ou seja, não tinha capacidade de seduzir outros homens intencionalmente. Era uma mulher simples, que chamava a atenção dos homens por ser bela e graciosa. Dessa forma, é incoerente e inapropriado afirmar que “A mulher era atraente e sedutora; por isso, os homens a olhavam intensamente”. Na verdade, os homens olhavam demais para a tal mulher devido à sua incomparável e singular beleza.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	14	8	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o texto, é possível inferir que a mulher estimulava, involuntariamente, a desconfiança do marido. Talvez pelo simples fato de sua beleza chamar a atenção e porque os homens olhavam demais para ela. No entanto, a mulher não tinha intenção de provocar ou aborrecer o marido. Sua beleza era espontânea, simples, instintiva. O marido tinha como propósito que “ninguém a olhasse duas vezes para ela” ou que “homem nenhum se interessasse por ela”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	15	7	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando em consideração o trecho “Esquiva como um gato, não mais atravessava praças”, o conectivo “como” estabelece uma ideia de comparação. A mulher apresentava uma postura de evitamento, de esquivamento e de introversão, assim como alguns gatos costumam agir por natureza e instinto.

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	1	13	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mimetismo se trata da semelhança que tomam certos seres vivos, seja com o meio no qual habitam, seja com outras espécies mais protegidas com as quais ou à custa das quais eles vivem: o mimetismo é frequente nas borboletas. No sentido figurado, é uma reprodução maquinal de gestos e de atitudes; imitação. Assim, “mimetizada” é o mesmo que disfarçada; parecida; semelhada.

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	2	9	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Preposição é a classe de palavras que liga palavras entre si, é invariável e estabelece relação de vários sentidos entre as palavras que liga. O “sobre” é uma preposição utilizada como sinônimo de “em cima de”, “por cima de” e “acima de”. Ou seja, ela faz referência a algo que esteja numa posição superior ou próxima. As demais preposições estabelecem sentidos de: para (direção); com (companhia); de (matéria).

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	5	4	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ação verbal se encontra no pretérito imperfeito do subjuntivo “quisesse”. Frequentemente, tal fato nos remete a desejos, vontades, imaginação ou sentimentos do autor. Levando em consideração, ainda, as atitudes e o comportamento do homem em relação ao ciúme que tinha de sua mulher, é possível afirmar claramente que o seu desejo e a sua vontade era, sim, que ninguém a quisesse. E, ao longo do texto, a conduta do homem retrata ações que inibiam, apagavam, anulavam e comprometiam a beleza de sua mulher.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	6	5	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Submeteram o seu amor à provações dolorosas”: neste caso não existe contração de “a” + “a”, pois há apenas a preposição, sem ocorrência de artigo. Nas demais orações, a crase foi empregada de modo correto, a saber: a crase é utilizada para marcar a soma da preposição “a” com o artigo “a” (“referir a”, esse “a” é preposição / “às vezes” é uma locução adverbial indicativa de tempo, que significa “ocasionalmente”, “de vez em quando”, “de quando em quando”, “em alguns momentos ou situações” / desobedecer “a + as” limitações).

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	7	10	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pretérito mais-que-perfeito é usado para fazer referência a uma ação que aconteceu em um passado distante, como ocorre em livros de contos de fadas, tipos de obras onde o pretérito mais-que-perfeito aparece frequentemente. Além disso, é usado para expressar um fato passado que ocorreu anteriormente a outra ação também passada. Diante disso, o pretérito mais-que-perfeito atua para indicar que a ação expressa que aconteceu em um tempo mais longínquo, antecedente, às outras ações indicadas por outros pretéritos. As demais opções de respostas estão relacionadas a peculiaridades e características de outros tempos verbais.

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	9	1	7

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A palavra tosquiar, no sentido figurado, significa: aparar; cortar rente; rapar; tosar. A palavra adornar, no entanto, significa: embelezar; enfeitar; ornamentar. Entretanto, o erro de digitação do termo “rapou” evidencia duas palavras que “não” podem substituir a expressão “tosquiou”, considerando o trecho textual “E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos.”

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	10	2	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando a partícula “se” é índice de indeterminação do sujeito, o verbo deve ficar na 3ª pessoa do singular. É o que acontece em: Tratava-se de assuntos importantes. As demais afirmativas estão grafadas em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa: Faz anos que ele me maltrata (o verbo “fazer impessoal”, que indica tempo, sempre é conjugado na 3ª pessoa do singular); Havia nesta casa alegrias e sonhos (o verbo “haver impessoal”, que indica tempo ou que tem o sentido de “existir”, sempre é conjugado na 3ª pessoa do singular; Caso ela vá embora amanhã, deverá levar seus vestidos (o verbo “vá” se encontra na 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo).

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	3	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A vírgula, no trecho – “Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela” – foi empregada com o propósito de marcar uma pequena pausa.

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	17	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir do gráfico apresentado na questão:

- 25% dos leitores preferem a seção de variedades. Logo, $500 \times 0,25 = 125$ pessoas.
- 35% dos leitores preferem a seção de política. Logo, $500 \times 0,35 = 175$ pessoas.
- 10% dos leitores não participaram da enquete. Consequentemente, $500 \times 0,90 = 450$ pessoas participaram da enquete.

Dessa forma, 300 pessoas preferem variedades ou política. Dentre os leitores que participaram da enquete, a probabilidade aproximada de escolher uma pessoa que prefere a seção de variedades ou política é $300/450 \approx 0,67$, sendo a resposta correta a alternativa C.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	20	18	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja X o número de pastéis salgados e Y o número de pastéis doces.

Com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema linear

$$\begin{cases} X + Y = 59 \\ 16X + 18Y = 992 \end{cases}$$

cujas soluções são $X=35$ e $Y=24$. Logo, foram vendidos 35 pastéis salgados, sendo a alternativa correta a Letra D.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	19	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para levar 60 caixas, serão necessárias $60/4 = 15$ viagens.

Com 15 viagens, o funcionário percorrerá $15 \times 42 = 630$ metros, somente ida.

Portanto, se considerarmos ida e volta, são percorridos $630 \times 2 = 1260$ metros.

A questão pede o cálculo da quantidade de metros que devem ser percorridos pelo funcionário até que todos os caixotes estejam no depósito.

Na última ida ao depósito, o funcionário leva as últimas 4 caixas, não sendo necessário retornar para pegar mais caixotes.

Assim, foram percorridos $1260 - 42 = 1218$ metros até que todos os caixotes estejam no depósito, sendo a alternativa correta: Letra C.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	27	29	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre as características da Ditadura Militar, um fato histórico que, atualmente, ainda temos reflexos de suas consequências. A data citada no enunciado remete ao ano do fato ocorrido, compondo apenas o contexto, bem como a conjuntura de ideias; dessa forma, tal elucidação não invalida a questão, ou seja, apenas contextualiza o questionamento abordado, facilitando, assim, o entendimento dos candidatos. “O Golpe Militar foi deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart, estabelecendo, por um logo período, a Ditadura Militar que findou em 1985 com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves. São características da Ditadura Militar, EXCETO”.

Ressalto, ainda, que a questão se encontra dentro do conteúdo programático, conforme as normas editalícias, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal.

Fontes:

- <https://www.significados.com.br/caracteristicas-ditaduras-militares/>
- <https://www.historiadobrasil.net/ditadura/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	29	23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os aspectos econômicos brasileiros, tendo como gabarito correto que todas as afirmativas estão corretas, a saber:

I. A desigualdade social e a economia estrutural são uma marca histórica no desenvolvimento do país: o Brasil é um país que evoluiu historicamente assentado numa desigualdade social e econômica estrutural. É uma marca do nosso processo de desenvolvimento. É uma sociedade que se tornou moderna e complexa, mas manteve esse traço enraizado.

II. A insegurança alimentar nos lares em que as mulheres são os pilares da renda familiar é mais grave, precisamente porque as mulheres foram as mais prejudicadas pela falta de emprego e perda de renda na pandemia: artigo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) identificou como as desigualdades associadas a sexo, raça / cor e idades no mercado de trabalho foram afetadas pela crise da pandemia de 2020. A pesquisa mostrou por meio de indicadores que foram mais afetados, no período, grupos populacionais mais vulneráveis: mulheres, negros e jovens. Os indicadores mostraram que as mulheres seguem em desvantagem em relação aos homens. No segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação delas (46,2%) era inferior à do sexo masculino (64,8%). No mesmo período de 2020, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens. Mesmo antes da pandemia, as mulheres já possuíam uma maior chance de mudar da situação de ocupada para inativa e também uma menor chance de entrar na condição de ocupada; no entanto, a crise intensificou ainda mais essas probabilidades.

III. A reprimarização impacta na qualidade do trabalho em função do eixo da economia: há uma perda da qualidade do trabalho em função do deslocamento do eixo da economia rumo a uma reprimarização. As exportações brasileiras vêm passando por um processo denominado “reprimarização”, no qual as exportações de produtos primários passaram a superar as de produtos manufaturados.

Fontes:

- <https://apublica.org/2021/12/deixo-de-comer-para-dar-aos-meus-filhos/>
- <https://economia.ig.com.br/2022-01-31/inflacao-desemprego-fome.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	30	25	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão evidencia como correta apenas a afirmativa III. Os idosos, por terem características como o comprometimento e a fidelidade, são grandes atrativos para as empresas, pois resultam na economia advinda da diminuição do turnover e absenteísmo, resultando em uma economia maior.

De acordo com pesquisa feita pelo Datafolha, em 2017, ao comparar as características entre os jovens e idosos que estão no mercado de trabalho, a grande maioria atribuiu diversos valores positivos aos idosos. Essa pesquisa revelou que os profissionais dessa faixa etária são caracterizados como os mais tolerantes, carinhosos, cuidadosos, produtivos, responsáveis, educados, atenciosos, éticos, sendo os que estão mais preparados para o mercado de trabalho.

Essas características são os principais motivos para que as empresas estejam começando a contratar mais idosos, pois veem nisso uma oportunidade de crescimento para o seu negócio.

Isso porque se compararmos esses profissionais com os da chamada Geração Z, que busca mudanças e renovações constantes, essa geração faz com que muitas empresas tenham altos índices de rotatividade e até mesmo de demissões, o que prejudica a organização na entrega de resultados, fazendo com que gastem muito tempo com processos de recrutamento e seleção.

Por isso, podemos dizer que o comprometimento e a fidelidade dos idosos causam uma diminuição de turnover e absenteísmo para as empresas, o que acaba trazendo maior economia à contratante.

Em 2019, segundo o IBGE, o Brasil tinha mais de 29 milhões de pessoas idosas, e a expectativa é de que esse número ultrapasse os 73 milhões em 2060.

Fontes:

- <https://www.pontotel.com.br/idoso-no-mercado-de-trabalho/>
- <https://www.ibge.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	21	26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se encontra em conformidade com o conteúdo programático, segundo as normas editalícias, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal.

A questão versa sobre um tema atual que são as Comissões Parlamentares de Inquérito. Apelidada de “CPI dos Anões do Orçamento”, a referida comissão parlamentar teve como núcleo de investigação: desvio de recursos do Orçamento da União destinados a obras de assistência social, para entidades fantasmas controladas por parlamentares.

Fonte:

- <https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/cpis/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão que indaga sobre o Processo Eleitoral do Brasil, que é organizado pela Justiça Eleitoral em nível municipal, estadual e federal, se encontra em conformidade com o conteúdo programático, segundo as normas editalícias, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável,

segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal. Outro fator preponderante em relação ao questionamento abordado, é que o texto motivador contextualiza fato histórico vivenciado nos dias atuais, como: “presidente Jair Bolsonaro negou que tenha tratado sobre a segurança das eleições brasileiras com o líder russo, Vladimir Putin. Bolsonaro disse que isso se trata de uma “ilação”. “Esse (tema de segurança nas eleições) não é assunto para tratar fora do Brasil, com todo o respeito. Se alguém faz qualquer ilação nesse sentido está extrapolando, no meu entender, a sua atividade”, disse Bolsonaro, em entrevista coletiva, horas após a reunião com Putin.

Fontes:

- <https://www.tse.jus.br/eleicoes/processo-eleitoral-brasileiro>
- <https://tre-df.jusbrasil.com.br/noticias/188859218/funcionamento-do-processo-eleitoral-no-brasil>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	24	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa “No Brasil, é uma medida de exceção possuindo prazo limitado de atuação com exceção em casos de guerra” é verdadeira, considerando que, dentro da Constituição, caso seja aprovado estado de sítio, a Carta estipula que, no caso de comoção grave de repercussão nacional, a medida tem prazo de 30 dias e pode ser prorrogada indefinidamente, sempre por 30 dias, até que a situação causadora seja solucionada; já nos casos de fracasso das medidas tomadas no estado de defesa e declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira, ela pode atuar em prazo indeterminado. É verdadeiro afirmar também que “Poderá ser decretado em situação de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira”. Dessa forma, confirma-se a sequência correta: V, F, V.

Fonte:

- <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/estado-de-sitio.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	24	28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a civilização Inca, um importante marco durante o período pré-colombiano.

O Império Inca foi um grande império indígena que floresceu a partir da região do atual Peru. Esse grandioso domínio foi formado por várias batalhas e pela conquista de povos indígenas que habitavam a região. Incas, maias e astecas são as três civilizações mais importantes do mundo.

Desenvolveram-se na América Latina e chegaram a um grau de desenvolvimento comparado aos gregos ou aos egípcios. Possuíam um calendário sofisticado, exércitos, um sistema de tributos e cobranças que lhes permitiram dominar os povos vizinhos. Construíram cidades e pirâmides cujas ruínas sobrevivem até hoje e são testemunho concreto do esplendor desta civilização.

Da mesma forma não eram perfeitos: possuíam escravos, realizavam sacrifícios humanos e as mulheres eram usadas como moeda de troca em caso de guerra e negociações de paz.

Ressalto, ainda, que a questão se encontra em conformidade com o conteúdo programático, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal.

Fontes:

- <https://www.historiadomundo.com.br/inca>
- <https://www.todamateria.com.br/incas>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	25	30	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão evidencia que todas as afirmativas são verdadeiras, segundo o Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal, em seu Art. 3º, inciso XI, “coordenar ações de prevenção, fiscalização e repressão a ilícitos e o intercâmbio de informações; preconiza a coordenação de ações de fiscalização”. Dessa forma, afirma-se que: preconiza políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal; apoia a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; gere ações de prevenção, fiscalização e repressão a ilícitos e o intercâmbio de informações.

Fonte:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10239.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	26	22	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa incoerente e inapropriada é: “O governo, apesar do regime autoritário, tinha uma particularidade notável; ele matinha livre as emissoras de rádio e de televisão, exigindo apenas a vinculação de propagandas de Hitler”. Afirma-se que em todo regime autoritário, o governo censurava e controlava emissoras de rádio, a imprensa, produtos artísticos – músicas, artes visuais, teatro – e buscava, também, utilizar esses meios como uma forma de impulsionar a imagem do próprio regime. No entanto é correto e coerente afirmar que “O nazismo foi uma ideologia de extrema-direita que surgiu na Alemanha no período pós-guerra e que foi responsável pelo Holocausto, genocídio que matou milhões de pessoas”. Ressalto, ainda, que a questão se encontra em conformidade com o conteúdo programático, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal. Considera-se, portanto, que o tema “Nazismo”, também conhecido como Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, surgiu na Alemanha, em um contexto de grande crise política e econômica.

Fontes:

- <https://www.politize.com.br/nazismo/>
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/nazismo-1.htm>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	33	35	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, posto que a Lei de Improbidade Administrativa aponta para uma suspensão de direitos políticos por até 12 anos e é exatamente por isto que a assertiva “A” é verdadeira, seja na redação antiga de lei seja na nova redação advinda da Lei n. 14.230/2021. Pela prática do ato enquadrado na tipologia do art. 10, Betina pode ser condenada a 8 anos de suspensão dos direitos políticos, como pode ser condenada a qualquer outro prazo não superior a 12 anos, art. 12, II da Lei n. 8.429/92. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei n. 8.429/92 com redação da Lei n. 14.230/21, art. 10 e art. 12.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, contudo, a expressão “tais quais os direitos de votar e ser votado” apenas apresenta uma exemplificação do que é o “gozo de direitos políticos”, conceito que deve ser de domínio do candidato pois integra a própria compreensão do Estatuto dos Servidores Municipais. “Quem não está no gozo dos direitos políticos não poderá filiar-se a partido político e nem investir-se em qualquer cargo público, mesmo não eletivo” (Glossário de termos do TSE) Já o Teste de Aptidão Física – TAF não é exigência para todo e qualquer ingresso em cargo municipal, sendo restrito, em regra, a cargos como o de guarda municipal. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Glossário de Direito Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-d>
- “Estar no gozo dos direitos políticos significa, pois, estar habilitado a alistar-se eleitoralmente, habilitar-se a candidaturas para cargos eletivos ou a nomeações para certos cargos públicos não eletivos, participar de sufrágios, votar em eleições, plebiscitos e referendos, apresentar projetos de lei pela via da iniciativa popular e propor ação popular.”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	32	37	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, todavia a licença para acompanhar pessoa doente na família, assim como a licença por motivo de afastamento do cônjuge constam do Capítulo IV do Estatuto Municipal – “Das Licenças”. Assim, na questão apenas o afastamento para exercício de mandato eletivo consta no Capítulo V – “Dos afastamentos”. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Municipais – Capítulo “Das Licenças” x Capítulo “Dos Afastamentos.”

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	36	34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, todavia a gratuidade do Habeas Corpus independe da primariedade do interessado, tornando a assertiva falsa. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 5º - incisos LXXVI e LXXVII

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	31	32	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, todavia, a exigência de Lei Complementar é sempre expressa na Constituição. Onde não consta o termo “complementar”, a lei é ordinária. No caso, a criação de autarquias e fundações depende de lei ordinária específica, mas a definição da “área de atuação das fundações” depende de lei complementar, conforme art. 37, inciso XIX da CF. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Constituição Federal, art. 37, inciso XIX.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	46	40	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão de número 39 trata do método de arquivamento alfanumérico, sendo que esta metodologia se subdivide em ordem alfabética, geográfica, numérica ou de assunto. Sustenta o recurso que na referida questão possui um erro no enunciado e que há uma inadequação em relação a algumas opções de resposta, uma vez que o segundo grupo de opções é indicado como “nomes” e não “sobrenomes”, no entanto, cumpre ressaltar que cada um dos quatro grupos de opções deriva de regras alfabéticas diferentes, sendo o segundo relativo a “nomes compostos” que é verdadeiro e o quarto relativo ao método “sobrenomes com grau de parentesco” que também é verdadeiro, sendo os outros dois grupos (primeiro e terceiro) são falsos, portanto, o fator determinante para o julgamento de cada um dos grupos de opções não é de fato a sua nomeação, mas sim o conjunto de três exemplos em cada um dos grupos, assim, apesar de haver divergências na literatura sobre a correta nomeação do 2º grupo de opções, este fato não é determinante para o seu julgamento como falso ou verdadeiro. Sustenta o recurso que a questão erra ao citar o método de arquivamento alfanumérico ao invés de alfabético, neste caso, cumpre ressaltar que a ordem alfabética ou método alfabético integra o sistema de arquivamento alfanumérico, portanto, não há nenhum erro. Mediante análise das razões recursais apresentadas e dos argumentos em contrários apresentados por esta banca, decide-se pelo indeferimento dos recursos e manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- FREIBERGER, Zélia. **Gestão Documental e Arquivística**. Instituto Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	42	39	43

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Candidato apresenta razões recursais que são pertinentes à outra questão da prova e não à questão de número 40.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	43	46	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o gabarito oficial da questão de número 41 deveria ser letra “C” e não “B”. As razões recursais apontam que a simbologia utilizada como a letra H e a placa de cor amarela estariam incorretas. Cumpre ressaltar que o gabarito oficial da questão é a letra “C” e não “B” conforme afirma o recurso, portanto, a argumentação apresentada é indevida, nesse sentido, decide-se pelo indeferimento do recurso e pela manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- Peixoto, Neverton Hofstadler. Curso técnico em automação industrial: segurança do trabalho. – 3. ed. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria : Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	41	45	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que o gabarito oficial da questão de número 42 deveria ser também considerado a letra “B”, além da letra “A” que é a resposta oficial, de acordo com a 3ª edição do Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Sustentam ainda os recursos que o “memorando” foi abolido a partir da 3ª edição do Manual de Redação Oficial da Presidência da República, portanto, a mesma inviabilizaria a questão. Com relação às razões recursais apresentadas, a questão de número 42 foi elaborada tendo como base o conteúdo programático do concurso, ao qual cita o componente “memorando”, sendo assim, a questão foi centrada de forma a não levantar o mérito da discussão em torno da exclusão deste tipo de documento a partir da última edição do Manual de Redação Oficial da Presidência da República, mas sim, em seu conteúdo prático, ou seja, sobre as partes que a integram ou suas características, por isso, o enunciado ou o comando da questão não citaram expressamente nenhuma das edições do Manual de Redação Oficial, caso contrário, de fato, tornaria a questão inviabilizada do ponto de vista lógico. Neste caso, mediante análise das razões recursais apresentadas e dos argumentos em contrários apresentados por esta banca, decide-se pelo indeferimento dos recursos e manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- Manual de Redação da Presidência da República, 2ª edição, revista e atualizada Brasília, 2002.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	44	42	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão de número 43 deveria ser anulada, uma vez que há duas respostas corretas, as letras “A” e “B” (gabarito oficial), entretanto, não haveria como a alternativa “A” estar correta uma vez que a primeira, segunda e terceira opções estão incorretas na alternativa “A”. Sustenta o recurso que a primeira opção contém ilustrações que levariam o candidato a entender que se trata de mídias filmográficas, no entanto, as ilustrações referem-se a um disco de vinil e uma fita K7 que não são utilizados para filmes, mas sim para arquivos sonoros, além disso, o fato de que a outra ilustração não deixar claro se é um CD ou DVD não é determinante para o julgamento correto da opção, uma vez que o julgamento do item deve levar em consideração a análise conjuntural. Neste caso, mediante análise das razões recursais apresentadas e dos argumentos em contrários apresentados por esta banca, decide-se pelo indeferimento dos recursos e manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- FREIBERGER, Zélia. **Gestão Documental e Arquivística**. Instituto Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	45	41	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão de número 44 aborda um assunto que não está previsto no conteúdo programático da questão, neste caso, cumpre ressaltar que a motivação e suas teorias estão inseridas no arcabouço do tema “noções gerais de relações humanas” que está no conteúdo programático. Sustenta ainda o recurso que a alternativa correta

deveria ser letra “C” e não “D”, neste caso, cumpre ressaltar que a alternativa “C” Fisiológicas traz uma definição errada que, na verdade, trata-se da necessidade de Segurança e não Fisiológica, portanto, estando incorreta. Já a alternativa “A” Sociais, traz uma definição que é relativa à necessidade de Estima e não Social, portanto, estando incorreta. Neste caso, mediante análise das razões recursais apresentadas e dos argumentos em contrários apresentados por esta banca, decide-se pelo indeferimento dos recursos e manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos: os novos horizontes em administração. 3ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	40	43	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a questão de número 46 deveria ser anulada visto que a alternativa “B” na verdade estaria correta e não incorreta, ou seja, todas as opções da questão estariam corretas. Neste caso, cumpre ressaltar que os elementos “Rodapé; Assinatura/Cargo e Brasão/Logomarca do Órgão Expedidor” foram citados de forma imprecisa, a exemplo de Brasão/Logomarca do órgão que, na verdade, seria “Brasão de Armas” que está dentro da parte relativa ao Cabeçalho. Já o item Assinatura/Cargo seria “Identificação do Signatário” e, por último, o item “Rodapé” não seria um elemento estruturante considerado como parte do documento ofício, portanto, este grupo de opções da alternativa “B” estariam incorretas frente às demais alternativas que trazem, conforme Manual de Redação Oficial, os elementos que são considerados partes da estrutura. Neste caso, mediante análise das razões recursais apresentadas e dos argumentos em contrários apresentados por esta banca, decide-se pelo indeferimento dos recursos e manutenção do gabarito oficial.

Fonte:

- Manual de Redação da Presidência da República. 3ª edição revisada e atualizada. Brasília, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	49	48	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A versão do Microsoft Office 2013 traz, no seu Layout, a Faixa de Opções, onde estão os recursos, separados por Guias, Grupos e Botões, onde estão todos os recursos/comandos da ferramenta.

O Botão “Marcadores”, fica no Grupo “Parágrafo”, que está dentro da Guia “Página Inicial”, no Word 2013.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. – Estudo dirigido de Microsoft Word 2013. 1ª ed. – São Paulo: Érica, 2013. – Pág.: 67

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	49	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Microsoft Word 2013, para inserir números de página em um documento, basta seguir o caminho: Guia: Inserir; Grupo: Cabeçalho e Rodapé; Botão: Número de Página.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. – Estudo dirigido de Microsoft Word 2013. 1ª ed. – São Paulo: Érica, 2013. – Pág.: 89.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	47	50	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Excel 2013, para remover a parte fracionária do número, utiliza-se a fórmula: =TRUNCAR.

Apesar de serem parecidas, dar a impressão que fazem a mesma coisa, a função INT tem outra definição, ou seja: arredonda um número para baixo até o número inteiro mais próximo.

Como a questão se refere a “remover a parte fracionária do número”, o correto é a função TRUNCAR.

Desta forma a questão não apresenta elementos que a inviabilizem.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G. – Estudo Dirigido de Microsoft Excel® 2013. 1ª ed. – São Paulo: Érica, 2013. – Pág.: 75.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	48	47	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No Excel 2013, para se criar um gráfico no intervalo de dados atual, pode ser usada a seguinte combinação de teclas: <ALT> + <F1>.

Fonte:

- MANZANO, André Luiz N. G. – Estudo Dirigido de Microsoft Excel® 2013. 1ª ed. – São Paulo: Érica, 2013. – Pág.: 203.

Cargo: Agente de Controle Interno

BRANCA
5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa em que o verbo destacado não esteja flexionado nos mesmos tempo e modo do verbo presente no trecho do enunciado. Ressalta-se que está explícita no comando desta questão a identificação de apenas dois aspectos do verbo: tempo e modo; portanto, a pessoalidade ou impessoalidade dos verbos não interfere na identificação da alternativa correta. No trecho do enunciado, o verbo “ser” está flexionado no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo. Na alternativa A, o verbo “admirar” está flexionado no pretérito perfeito do modo indicativo (“admirava”). Na alternativa B, o verbo “haver” também está flexionado no pretérito imperfeito do indicativo (“havia”). Na alternativa C, o verbo “ter” está flexionado no tempo pretérito perfeito do modo indicativo (“tive”). Na alternativa D, o verbo “esperar” está flexionado no pretérito imperfeito do modo indicativo (“esperava”). Nota-se, portanto, que apenas o verbo destacado na alternativa C (“tive”: tempo pretérito perfeito do modo indicativo) não está flexionado nos mesmos tempo e modo que o verbo do trecho do enunciado (tempo pretérito imperfeito do modo indicativo), sendo assim, apenas esta alternativa atende ao comando desta questão.

Fontes:

- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA
7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita a depreensão de uma afirmativa que esteja de acordo com o texto. Depreender significa tirar uma conclusão, fazer uma inferência, a partir de uma informação presente no texto. Na alternativa A, sugere-se que o *Woebot* “diminuiu significativamente a procura por psicólogos e psiquiatras durante a pandemia.”. Essa afirmação não se comprova no texto, porque se sabe apenas que a procura pelo aplicativo aumentou. Daí, afirmar que ela diminuiu a procura por profissionais especializados é uma afirmação que extrapola o texto, sem que haja indício para essa conclusão. Na alternativa B, sugere-se que o *Woebot* “é capaz de simular sessões de terapia com a mesma eficiência de terapeutas e psiquiatras.”. Essa afirmação também não se comprova no texto, já que não há nenhum dado comparativo entre a eficiência do tratamento com profissionais especializados e com o aplicativo. Na alternativa C, sugere-se que o *Woebot* “ainda passará por modificações, a fim de se aproximar cada vez mais de possíveis respostas humanas.”. Depreende-se essa afirmação da fala da idealizadora do aplicativo: “Se pudermos oferecer algumas das coisas que um ser humano oferece, então nós poderemos de fato criar algo que seja verdadeiramente ajustável, e tenha a capacidade de reduzir a incidência de sofrimento na população”. Na alternativa D, sugere-se que o *Woebot* “foi desenvolvido exclusivamente para ajudar pessoas que não podem arcar com despesas de tratamento terapêutico.”. De acordo com o texto, porém, o aplicativo serve tanto para quem tem dificuldade financeira como dificuldade logística. Sendo assim, apenas o que se afirma na alternativa C atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto, logo, deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- _____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- VAL, Maria das Graças Costa. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRANCA
8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificado o trecho onde a palavra “que” exerce função morfossintática diferente das demais. Na alternativa A, o trecho é: “Se pudermos oferecer algumas das coisas que um ser humano oferece [...]”. Nesse trecho, a palavra “que” desempenha a função de pronome relativo, já que introduz uma oração adjetiva e isso se comprova com a substituição do pronome “que” pelo pronome relativo “o qual” (forma pronominal que desempenha apenas a função de pronome relativo e varia em gênero e número de acordo com o substantivo ou sintagma substantivo ao qual está relacionada): *Se pudermos oferecer algumas das coisas das quais um ser humano oferece*. Na alternativa B, o trecho é: “A *Woebot Health* diz que a pandemia aumentou a demanda por seus serviços.”. Nesse trecho, a palavra “que” desempenha a função de conjunção integrante, já que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Na alternativa C, o trecho é: “[...] disse a presidente e fundadora da empresa, Alison Darcy, que é psicóloga.”. Nesse trecho, a palavra “que” desempenha a função de pronome relativo, já que introduz uma oração adjetiva e isso se comprova com a substituição do pronome “que” pelo pronome relativo “o qual” (forma pronominal que desempenha apenas a função de pronome relativo e varia em gênero e número de acordo com o substantivo ou sintagma substantivo ao qual está relacionada): *disse a presidente e fundadora da empresa, Alison Darcy, a qual é psicóloga*. Na alternativa D, o trecho é: “[...] para os usuários que não podem se consultar com um profissional de verdade [...]”. Nesse trecho, a palavra “que” também desempenha a função de pronome relativo, já que introduz uma oração

adjetiva e isso se comprova com a substituição do pronome “que” pelo pronome relativo “o qual” (forma pronominal que desempenha apenas a função de pronome relativo e varia em gênero e número de acordo com o substantivo ou sintagma substantivo ao qual está relacionada): *para os usuários os quais não podem se consultar com um profissional de verdade*. Depois dessa análise, constata-se que apenas a palavra “que”, na alternativa B, desempenha função morfossintática diferente das demais, portanto, ela é a única alternativa que atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto, logo, deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A área hachurada no gráfico da questão exclui os indivíduos que consomem os três produtos e também aqueles que consomem apenas um produto. A alternativa “Os produtos (I e II) ou (I e III) ou (II e III)” inclui os indivíduos que consomem todos os produtos, já que não garante a exclusividade. Dessa forma, na área hachurada, estão representados os clientes que consomem exatamente dois produtos, sendo a alternativa correta: Letra A.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A média simples não pode ser utilizada para resolver essa questão, uma vez que o ritmo de produção é diferente. Suponha que X móveis devem ser fabricados. De acordo com o enunciado, $X/2$ móveis serão fabricados no ritmo de 24 móveis por dia e a outra metade $X/2$ será no ritmo de 40 móveis por dia.

Assim, são necessários

- $(X/2)/24 = X/48$ dias para produzir a primeira metade dos móveis
- $(X/2)/40 = X/80$ dias para produzir a segunda metade dos móveis.

Dessa forma, são necessários $X/48 + X/80 = X/30$ dias para produzir X móveis

Portanto, considerando todo o processo de fabricação da demanda, o ritmo médio de produção de móveis é de 30 móveis por dia, sendo a alternativa correta: Letra B.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda sobre a Otan, um tema atual e de muita relevância. Considera-se que o texto motivador evidenciado na questão retrata fatos contemporâneos, como As tropas russas concentradas na fronteira com a Ucrânia estão “se deslocando” e “se preparando para atacar” o país vizinho, declarou o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin, durante uma visita à Lituânia. Os Estados Unidos já mobilizaram cerca de 6.000 militares adicionais na Romênia, Polônia e Alemanha. Nossas forças “não serão enviadas para lutar na Ucrânia”, que não é membro da Aliança Atlântica, mas defenderão cada centímetro do território da Otan”. Ressalto, ainda, que a questão se encontra dentro do conteúdo programático, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal.

Fontes:

- <https://institutoconsulplan.org.br/getConc.aspx?key=GMAISVhNFTnN2s=>
- <https://www.poder360.com.br/internacional/o-que-e-a-otan-e-por-que-ela-foi-criada-dw>.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dia de Festa em Mariana, na Região Central de Minas, para comemorar o término da restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que teve sua pedra fundamental lançada em 1752, e atravessava um período de seis anos em obras.

As obras de pintura e douramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Mariana-MG, foram executadas por Manuel da Costa Athaide, em 1823.

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nome atribuído: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Localização: R. Monsenhor Horta, s/n – Rosário – Mariana-MG

Número do Processo: 75-T-1938

Livro do Tombo Belas Artes: Inscrito em 09/1939

Descrição: A iniciativa da construção, por volta de 1752, coube às irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, confrarias de pretos que, anteriormente, tinham sua sede na chamada Capela do Rosário Velho, atual Santo Antônio. As obras de pintura e douramento do altar-mor foram executadas por Manuel da Costa Athaide, em 1823. Trata-se de edificação representativa, pelas características do material utilizado, dos recursos construtivos adotados em Minas Gerais, em meados do século XVIII. Tanto no altar-mor quanto nos laterais, o ouro é parcimoniosamente distribuído, cedendo lugar à predominância do branco em toda a decoração, o que vem conferir suavidade ao conjunto. A pintura do teto da capela-mor, executada a têmpera, tem como tema central a Assunção da Virgem.

A questão deverá ser analisada considerando as opções de respostas apresentadas para a avaliação.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/02/17/interna_gerais,1345769/iphan-entrega-igreja-barroca-restaurada-em-mariana.shtm
- <http://www.ipatrimonio.org/mariana-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos/#!/map=38329&loc=-20.37337900000002,-43.4204,17>

BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ressalto que a questão se encontra dentro do conteúdo programático, a saber: CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional, estadual e municipal.

Após a cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos de Pequim, na China, os olhos do mundo dos esportes gelados voltam-se para a Itália, que será o país-sede da próxima edição do megaevento esportivo pela terceira vez na história. Dessa forma, constata-se que a questão evidencia tema atual, contemporâneo e bastante relevante.

BRANCA
29

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão deve ser anulada por erro material, pois o enunciado da questão se encontra incompleto, não indicando se a indagação é para analisar e assinalar a afirmação correta ou a afirmação incorreta a respeito dos menores infratores.

Fonte:

- A própria questão.

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata da distinção entre licenças e afastamentos, estando o afastamento para servir a outro órgão ou entidade no art. 112, Capítulo V e não no Capítulo IV das licenças. O enunciado não questiona se o período conta ou não como efetivo exercício. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Municipais – Capítulo “Das Licenças” x Capítulo “Dos Afastamentos.”

BRANCA
42

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

De acordo com minuta disponibilizada pelo Tesouro Nacional, no âmbito da Administração Pública, os valores devem ser arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei nº. 4.320/64 e Decreto nº. 93.872/86:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais (BRASIL, 1964).

Art. 1º A realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa.

Nesse sentido, no caso dos Estados e Municípios o conceito de Caixa Único ou Conta Única não significa que só pode existir uma conta bancária, mas que o Caixa Único ou Conta Única pode ser constituído por um conjunto de contas bancárias públicas, desde que estas sejam mantidas pelo Tesouro Municipal.

Na fase do recolhimento das receitas é que se verifica o Princípio da Unidade, segundo o qual devem ser englobadas na caixa único todas as receitas arrecadadas. O recolhimento consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina a Lei nº. 4.320/64.

Assim, o princípio da unidade de caixa não significa que a prefeitura deverá possuir apenas uma conta bancária, podendo existir um conjunto de contas bancárias específicas para alguma finalidade especial, desde que estas contas congreguem a conta contábil única “bancos” do tesouro municipal (REVISTA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (2018).

Portanto não se verifica erro ou equívoco no enunciado e nos distratores da questão, devendo ser feita a alteração do gabarito da letra D para letra B.

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- BRASIL. **Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
- BRASIL. TESOURO. NACIONAL. **Minuta, disponibilizada como material de discussão aos membros da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF).** Disponível em: https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/41623_1317318/anexos/14521_519760/Aspectos%20de%20CEC%20E2%80%93%20Caixa%20e%20Equivalentes%20de%20Caixa%20-%20Rendimentos%20Negativos%20e%20Uso%20do%20Caixa%20C3%9Anico.pdf?v=826
- REVISTA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. **Princípio da unidade de caixa ou tesouraria nos municípios.** Disponível em: <https://www.consultordoprefeito.org/single-post/2018/10/21/princ-c3-adpio-da-unidade-de-caixa-ou-tesouraria-nos-munic-c3-adpios>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

BRANCA
49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre temas explicitamente constantes do Edital, quais sejam:

- “PROCESSO ORÇAMENTÁRIO: PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.”;
- “RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS

O enunciado da questão objetivou informar ao concursando, tão somente, que a Lei nº 5.056 de 30/12/2002 estimou as receitas e fixou as despesas em igual montante e, portanto, a respeito das exigências editalícias, considerando a Constituição Federal e demais legislação infraconstitucional a respeito, conclui-se tratar da Lei Orçamentária Anual - LOA.

A exigência de referido questão é atinente a conceitos gerais sobre os dois temas anteriormente mencionados.

Assim, a única alternativa correta é aquela em que se afirma:

“Trata-se da Lei Orçamentária Anual em que as receitas estimadas e as despesas fixadas se referem ao exercício financeiro de 2021, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social dos poderes do município, seus fundos, órgãos e entidade da Administração Pública municipal direta e indireta.”

Fontes:

- **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDRATIVA DO BRASIL DE 1988**
Seção II - DOS ORÇAMENTOS
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

[...]

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

[...]

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

Seção II - Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

[...]

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

- **Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

Cargo: Auxiliar de Contabilidade

BRANCA
6

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Pronomes relativos: são empregados para retomar um substantivo (ou um pronome) anterior a eles, substituindo-o no início da oração seguinte. São eles: que, quem, onde, o qual, a qual, os quais, as quais, cujo, cuja, cujos, cujas, quanto, quanta, quantos, quantas.

Pronomes indefinidos: são aqueles que se referem de modo indeterminado, vago, à terceira pessoa gramatical. São eles: alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, cada, algo, algum, alguma, nenhuns, nenhuma, todo, todos, outra, outras, muito, muita, pouco, poucos, certo, certa, vários, várias, tanto, tantos, quanta, quantas, qualquer, quaisquer, bastante, bastantes.

As demais associações estão coerentes, a saber: ele (subdividem-se em pronomes pessoais do caso reto, pronomes pessoais oblíquos e pronomes pessoais de tratamento); meu (pronome possessivo: indica relação de posse, algo que pertence a uma das pessoas do discurso); nos (subdividem-se em pronomes pessoais do caso reto, pronomes pessoais oblíquos e pronomes pessoais de tratamento). Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições 'a', 'para', 'de' e 'com'; os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração e possuem acentuação tônica forte. Dessa forma, no trecho "Mas ele reagiu." (2º§) – 'ele' trata-se de pronome pessoal do caso reto, pois exerce a função de sujeito.

Dessa forma, por conter duas alternativas incorretas, a questão foi anulada.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. (org.) Língua Portuguesa em Debate. 4ª edição. Vozes, 2007. p. 39.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, um lote de 4.000 objetos será fabricado e sempre o objeto múltiplo de 7 é defeituoso. Ao dividir 4.000 por 7, obtém-se o quociente 571. Esse número representa a quantidade de objetos defeituosos produzidos no lote. Particularmente, o objeto nº 3.997 é o último objeto defeituoso desse lote. Portanto, foram produzidos $4.000 - 571 = 3.429$ objetos sem defeitos.

Portanto, a alternativa correta é a Letra B.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao analisar as afirmativas, é possível depreender que todas estão corretas. Ao afirmar que “A balança comercial brasileira, no acumulado deste ano, se mantém superavitária”, consideramos que a expressão “deste ano” se remete ao tempo atual, ou seja, o ano de aplicação da prova: 2022.

A balança comercial brasileira registrou *superavit* de US\$ 4 bilhões em fevereiro, um aumento de 108,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, pela média diária, segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

Fontes:

- <https://institutoconsulplan.org.br>
- <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia/>
- <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/03/03/balanca-comercial-brasileira-tem-superavit-de-us-4-bilhoes-em-fevereiro.ghtml> ou as ferramentas oferecidas na página

BRANCA
22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção de resposta B denota informações corretas, uma vez que o primeiro recenseamento da população do Brasil foi efetuado em 1808, visando atender especificamente a interesses militares, de recrutamento para as Forças Armadas, o que enseja suspeitas de que seus resultados tenham ficado aquém da realidade, seja em razão da natural prevenção do povo contra as operações censitárias, seja, principalmente, em razão de seus objetivos.

Pelos dados históricos constantes dos arquivos oficiais e particulares, o primeiro recenseamento da população do Brasil teria sido efetuado em 1808, em decorrência do aviso de 16 de março daquele ano, baixado pelo Ministro dos Negócios da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde, Conde de Linhares. Realizado o arrolamento, foi apurada uma população total, para o país, de 4.000.000 de habitantes. Esse arrolamento, cujos pormenores operacionais não se tornaram suficientemente conhecidos.

No entanto, é incoerente e inapropriado afirmar que “o censo demográfico tem abrangência geográfica nacional e internacional, com resultados divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões, Regiões Metropolitanas, Municípios, Distritos, Subdistritos e Setores Censitários”.

Fonte:

- <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>

BRANCA
23

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Sobre a “Era Vargas”, período de quinze anos no qual Getúlio Vargas era Presidente do Brasil, é correto afirmar que: Fases da Era Vargas Foi dividida em três fases: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-1945).

Fonte:

- https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/era-vargas?gclid=eaiaiqobchmijpfl4rdt8givhrcrch39ua-reaayasaaeglqufd_bwe

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao “mal da vaca louca”, é correto afirmar que:

I. Pode-se manifestar de duas maneiras: forma clássica e forma atípica: a doença da vaca louca pode se manifestar de duas formas — a variante clássica e a atípica. A clássica ocorre em bovinos após a ingestão de ração contaminada com príons, enquanto a atípica pode aparecer espontaneamente em todas as populações de gado, como o que foi observado no Brasil.

II. O bovino pode ser infectado por meio da ração que ele come, feita com proteína animal. No Brasil, esta ração é proibida: a segunda forma de o animal ficar doente é por contaminação. Isso ocorre quando consome rações feitas com proteína animal contaminada, como, por exemplo, farinha de carne e ossos de outras espécies. No Brasil, é proibido o uso deste tipo de ingrediente na fabricação de ração para bovinos.

III. A exportação de carne bovina para China foi suspensa, neste período, cumprindo o protocolo entre os dois países até que as autoridades chinesas concluíssem a avaliação das informações sobre os casos: os embarques de carne bovina do Brasil para a China foram suspensos em 4 de setembro, cumprindo um protocolo firmado entre os dois países, que determina essa situação no caso da doença Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como “vaca louca”. Dessa forma, conclui-se, portanto, que todas as afirmativas estão corretas.

BRANCA
25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o aborto no Brasil, é inapropriado e incorreto afirmar que “não é permitido no caso da mulher estar grávida de um feto anencéfalo, ou seja, um feto que não apresenta parte, ou toda a calota craniana e cérebro”. Tal fator é permitido, consentido e autorizado, a saber: “Após dois dias de debate, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de fetos sem cérebro poderão optar por interromper a gestação com assistência médica. Por 8 votos a 2, os ministros definiram que o aborto em caso de anencefalia não é crime.

A decisão, que passa a valer após a publicação no “Diário de Justiça”, não considerou a sugestão de alguns ministros para que fosse recomendado ao Ministério da Saúde e ao Conselho Federal de Medicina que adotassem medidas para viabilizar o aborto nos casos de anencefalia. Também foram desconsideradas as propostas de incluir, no entendimento do Supremo, regras para a implementação da decisão.

Fontes:

- <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/supremo-decide-por-8-2-que-aborto-de-feto-sem-cerebro-nao-e-crime>
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/11/03/entenda-o-que-e-anencefalia>

BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao esquema “rachadinha”, é possível afirmar que é o nome popular dado para “desvio de salário de assessor”. Na prática, trata-se de uma transferência de parte ou de todo salário do servidor para o parlamentar ou secretários a partir de um acordo anteriormente estabelecido.

A operação é muito similar ao que conhecemos como o uso de “funcionários fantasmas”. Nesse caso, a pessoa nomeada para exercer o cargo público não é uma funcionária de fato, ou seja, o salário do cargo é transferido para o agente que a nomeou.

Fonte:

- <https://www.politize.com.br/rachadinha-2/>

BRANCA
31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o enunciado da questão apresenta os requisitos exigidos pelo artigo 67 da Lei nº 3.245 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Barbacena, para caracterização da Indenização devida ao servidor denominada **Diária**. Maria Alice ausentou-se do Município a trabalho e em caráter transitório. O artigo em comento é claro em afirmar que a diária será concedida por dia de afastamento, e o afastamento da servidora Maria Alice se deu em razão de seu trabalho. Todo o período em que Maria Alice estiver a serviço, afastada do Município, será considerado como dia trabalhado, para fins de percepção de diária. A alternativa ‘D’ não pode ser considerada como correta por violar expressamente o parágrafo 2º, do art. 67, que assim dispõe: “nos casos em que o deslocamento constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias”. As alternativas B e C apresentam elementos caracterizadores da Ajuda de Custo, outra modalidade indenizatória prevista no artigo 65 da Lei nº 3.245 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Barbacena. Por todo o alegado, julga-se improcedente os recursos interpostos, mantendo-se o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei nº 3.245 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Barbacena.

BRANCA
43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na análise da relação dos fatos contábeis, com a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) original e de acordo com a Lei 4.320/1964, a Inscrição da dívida ativa e a devolução das cauções são extraorçamentários, fatos permutativos, não alteram o Patrimônio Líquido e **NÃO SÃO DEMONSTRADOS NA DVP.**

- I. Receita Tributária - é orçamentária, é um fato modificativo aumentativo, altera o Patrimônio Líquido e é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais. (ALTERNATIVA INCORRETA)

- II. Recebimento de cota para pagamento de restos a pagar - extraorçamentário, é um fato modificativo aumentativo, altera o Patrimônio Líquido e é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais. (ALTERNATIVA INCORRETA)
- III. **Inscrição da dívida ativa – (ALTERNATIVA CORRETA)**
- IV. Receita de alienação de bens – é orçamentária, permutativo, não altera o Patrimônio Líquido e é demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais (ALTERNATIVA INCORRETA)
- V. Cancelamento da dívida Ativa/Depreciação – é extraorçamentária, é modificativo diminutivo, altera o Patrimônio Líquido e é demonstrado na DVP. (ALTERNATIVA INCORRETA)
- VI. **Devolução de cauções- (ALTERNATIVA CORRETA)**

A Demonstração das Variações Patrimoniais consta na Lei 4.320/64 art, 104 e trata-se de uma das Demonstrações Contábeis apresentada na referida Lei Federal. Esta Lei e suas alterações posteriores consta no conteúdo programático para estudo como demonstrado a seguir:

“Demonstrações Contábeis de que trata a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores; Classificações Orçamentárias: classificação legal da receita e classificação legal da despesa – classificação institucional, funcional-programática e econômica; Receita e Despesa extraorçamentárias;...”

Portanto, o recurso é improcedente e o gabarito será mantido.

Fontes:

- Art.104 da Lei 4.320/64.
- PACELLI, Giovanni. Contabilidade Pública. Salvador: Juspodivm, 2018, p 911

BRANCA
46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o RECURSO que há ausência de conteúdo programático. Todavia, essa sustentação é improcedente.

Conforme Edital, os conhecimentos específicos para o cargo de Auxiliar de Contabilidade incluem Contabilidade Geral, Patrimônio, Procedimentos Contábeis Básicos, Demonstrações Contábeis de que trata a Lei nº 6.404/76, dentre outros. A referida questão contemplou Procedimentos Contábeis Básicos sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Mensuração do Valor Justo e Ativo imobilizado. O Anexo I, integrante do Edital, contempla apenas o conteúdo programático, o qual poderia ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado. Inclusive, nas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sendo assim, o parecer da banca é pela manutenção do gabarito.

Fontes:

- BRASIL. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. **Dispões sobre Sociedade por Ações.**
- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 01 (R4) –REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, de 22 de dezembro de 2017. **Altera a NBC TG 01 (R3) que dispõe sobre redução ao valor recuperável de ativos.**
- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TG 46 (R2) – MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO, de 22 de dezembro de 2017. **Altera a NBC TG 46 (R1) que dispõe sobre a mensuração do valor justo.**
- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO. **Altera a NBC TG 27 (R3) que dispõe sobre ativo imobilizado.**
- GELBCKE, E; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

BRANCA
48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o RECURSO que há erro no enunciado. Todavia, essa sustentação é improcedente.

Considerando somente as informações apresentadas na questão, é correto afirmar que houve diminuição de R\$ 1.335.000,00 no Ativo Circulante da Companhia B S.A. ao realizar o reconhecimento inicial das transações citadas.

	Depois
Caixa	Foi diminuído em 1.150.000,00
Bancos	Foi diminuído em 250.000,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	Foi aumentado em 65.000,00
Ativo Circulante	Foi diminuído em 1.335.000,00
Lote (Propriedade para Investimento)	Foi aumentado em 300.000,00
Terrenos (Imobilizado)	Foi aumentado em 1.000.000,00
Máquina (Imobilizado)	Foi diminuído em 65.000,00
Automóveis (Imobilizado)	Foi aumentado em 250.000,00
Ativo Não Circulante	Foi aumentado em 1.485.000,00
Duplicatas a Pagar	Foi aumentado em 150.000,00
Passivo Circulante	Foi aumentado em 150.000,00

Sendo assim, o parecer da banca é pela manutenção do gabarito.

Fontes:

- GELBCKE, Ernesto Rubens [et al.]. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 28 (R4) – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO. **Altera a NBC TG 28 (R3) que dispõe sobre propriedade para investimento.**
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO. **Altera a NBC TG 27 (R3) que dispõe sobre ativo imobilizado.**
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 31 (R4) – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA. **Altera a NBC TG 31 (R3) que dispõe sobre ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.**

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o RECURSO que há erro na divulgação do gabarito. Todavia, essa sustentação é improcedente.

Considerando somente as informações apresentadas na questão, a alternativa que indica o correto lançamento que a companhia deveria realizar para o reconhecimento inicial do seguro contratado, seria:

Débito – Prêmio de Seguro a Apropriar (Ativo Circulante)	3.600,00
Crédito – Caixa e Equivalentes de Caixa (Ativo Circulante)	300,00
Crédito – Seguros a Pagar (Passivo Circulante)	3.300,00

No reconhecimento inicial do seguro, e respeitando-se o Regime de Competência, as despesas ainda não foram incorridas. As despesas com seguros serão incorridas mensalmente e serão apropriadas ao resultado mensalmente, ou seja, referentes ao período-base de competência.

Sendo assim, o parecer da banca é pela manutenção do gabarito.

Fontes:

- GELBCKE, E; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.
- BRASIL. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. **Dispões sobre Sociedade por Ações**.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

BRANCA
1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando as ideias e as conjunturas textuais, o título do texto denota que “amor, afeito e ternura se conquistam”. Isso, sim, é ser sábio. Saber cativar os sentimentos é ter prudência, conhecimento e sapiência. Assim, não se deve suplicar por amor; mas, sim, obtê-lo por merecimento. As demais afirmativas são contrárias ao texto, a saber:

- “Quando fazemos tudo para que nos amem e não conseguimos, resta-nos um último recurso: não fazer mais nada”. Dessa forma, quem nos ama mal, jamais merece o nosso respeito e apreço;
- “(...) outras vezes, nada damos e o amor se rende aos nossos pés”. Conclui-se, portanto, que desistir do amor verdadeiro não é justo e digno. Devemos, sim, valorizar quem nos ama realmente;
- “Os sentimentos são sempre uma surpresa”. Então, os sentimentos não são, geralmente, previsíveis e esperados. Os sentimentos são, na verdade, inesperados e repentinos.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Anita nasceu em 1997, logo, completou 24 anos em 2021. Seu irmão mais novo completou 15 anos em 2021, logo, $2021 - 15 = 2006$. O enunciado da questão traz que o irmão do meio é 4 anos mais velho que o irmão mais novo, logo, nasceu em $2006 - 4 = 2002$. Se Anita nasceu em 1997 e seu irmão do meio em 2002, temos que $2002 - 1997 = 5$ anos de diferença. A opção será a letra c, conforme consta no gabarito.

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabriel comprou 4 coelhos e pagou R\$18,00 em cada. $18 \times 4 = 72$. Ele pagou com uma nota de R\$200,00; logo, $200 - 72 = 128$, opção D.

BRANCA
21

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.

Sobre a América Latina, é verdadeiro afirmar que: é composta, ou seja, é integrada, pelos países que possuem língua neolatina (francês, português e espanhol); o Chile destaca-se pela extração de cobre, principalmente na sua porção centro-norte, que é, em parte, explorado por empresas transnacionais, o que reitera o padrão da DIT mencionado pelo autor.

Outro fator preponderante é que os atuais países da América Central formavam uma única República: a Centro-Americana. Em função dos projetos de construção do Canal do Panamá houve uma fragmentação desses países, que foi incentivada pelos EUA para melhor controlar a construção do canal.

Dessa forma, confirma-se a sequência correta: V, V, V.

Fontes:

- <https://www.infoescola.com/geografia/america-latina/exercicios/>
- <https://www.select.art.br/voce-se-identifica-como-latino-americano/>

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao aliciamento de menores, não é possível inferir que “Comando de assaltos a bancos e arrombamentos de caixas eletrônicos são crimes que os menores ainda não são colocados na linha de frente em decorrência da exigência de um planejamento mais elaborado”.

A cada ano vem crescendo o número de menores envolvidos nos crimes. Após os levantamentos dos delitos foi possível perceber que a grande maioria dos menores são do sexo masculino, entre 14 (quatorze) e 17 (dezessete) anos.

Pode-se perceber que em alguns casos de aliciamento de menores, muitos jovens não tiveram estrutura familiar, não lhes foram ensinados princípios básicos, fazendo com que entrasse para o tráfico e outros crimes.

As amizades podem ser uma porta de entrada para uma vida de furtos e tráfico. O dinheiro fácil impressiona os adolescentes, que em grandes casos vem de família humilde com a renda familiar baixíssima.

Após algumas investigações foi possível perceber que os criminosos colocam menores no comando de assaltos a bancos, arrombamentos de caixas, entre outros crimes por suas punições serem menores ou inexistentes.

Os traficantes para ganharem a confiança dos adolescentes e os fazer entrar para o crime, prometem a eles uma vida de muito dinheiro e conforto, lhes garantem que não há perigo se fizerem tudo como o combinado.

Fontes:

- <https://direitosbrasil.com/o-aliciamento-de-menores/>
- <https://www.dialogando.com.br/seguranca/como-evitar-o-aliciamento-sexual-infantil-online>

Cargo: Motorista

BRANCA
12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A forma como o enunciado da questão está descrito não abre margem para interpretações que extrapolam o que está escrito no texto do item, como a possibilidade de o motorista ser o segundo ou o terceiro (tampouco há referência ao número de motoristas que lá trabalham). Dessa forma, não há que se falar em dúvida sobre a ordem de escolha do veículo na questão.

Com relação ao segundo aspecto questionado, a escolha é feita uma vez por dia e o motorista devolve o veículo ao final do dia, conforme trecho destacado: “*Os motoristas da Câmara pegam esses veículos para trabalhar uma vez por dia e o devolvem ao final do dia, com o mesmo tipo de combustível que estava abastecido.*”. O que permite concluir que a escolha é diária, sendo o veículo devolvido ao final do dia. Além do mais, ao final da questão pede: “*probabilidade de que ele pegue SOMENTE veículos abastecidos com álcool é um valor*”, isto é, serão selecionados dois veículos, um em cada dia, pois o veículo do primeiro dia é devolvido e a escolha é feita novamente no segundo dia.

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre as particularidades e características do *e-commerce*, é incoerente inapropriado inferir que: “proporciona a venda de vários produtos de lojas diferentes”.

Primeiramente, é importante reforçar que há diferenças entre as categorias de comércio *on-line*, especialmente em relação a *e-commerces* e *marketplaces*. Um *e-commerce* propriamente dito vende produtos de uma única loja, enquanto os *marketplaces* trabalham com diferentes lojistas. Ou seja, os *marketplaces* servem de intermediadores entre vendedores e clientes.

O comércio virtual mostrou ser uma excelente alternativa para as empresas que desejam ganhar visibilidade, alcançar novos públicos, trabalhar com produtos de nicho, reduzir os gastos e aumentar as vendas. Além disso, uma parcela cada vez maior da população virou adepta das compras online, principalmente durante a pandemia de Covid-19.

Hoje, é possível vender praticamente qualquer tipo de produto pela *internet*, incluindo alimentos, automóveis e imóveis, por exemplo. Como resultado, muitas empresas tradicionais do varejo físico estão investindo no *e-commerce* próprio para reforçar a presença digital, acompanhar as tendências do mercado e oferecer ao público soluções mais práticas e tecnológicas.

BRANCA
24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o tráfico de drogas foram dadas para análise as seguintes afirmativas: “o Brasil continua sendo considerando um ponto de exportação de cocaína para outros países e continentes; a Polícia Federal Brasileira constatou que, aproximadamente, o dobro da quantidade de maconha e derivados (haxixe e *skunk*) foi apreendido durante a pandemia em comparação ao período anterior de doze meses – um aumento de 112%; e, a coca (matéria-prima da cocaína) é cultivada em grande escala em três países sul-americanos: Bolívia, Peru e, principalmente, Colômbia.

Recurso é enfático ao afirmar que o Brasil não é um produtor de cocaína e a plantação de coca em terras brasileiras é considerada crime. No entanto, tal elucidação não foi evidenciada para análise ou julgamento.

Confirma-se, portanto, que as afirmativas I, II e III estão corretas.

Fonte:

- <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/02/21/brasileira-presa-na-tailandia-pede-advogado>

Cargo: Operador de Som e Vídeo

BRANCA
6

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Pronomes relativos: são empregados para retomar um substantivo (ou um pronome) anterior a eles, substituindo-o no início da oração seguinte. São eles: que, quem, onde, o qual, a qual, os quais, as quais, cujo, cuja, cujos, cujas, quanto, quanta, quantos, quantas.

Pronomes indefinidos: são aqueles que se referem de modo indeterminado, vago, à terceira pessoa gramatical. São eles: alguém, ninguém, outrem, tudo, nada, cada, algo, algum, alguma, nenhuns, nenhuma, todo, todos, outra, outras, muito, muita, pouco, poucos, certo, certa, vários, várias, tanto, tantos, quanta, quantas, qualquer, quaisquer, bastante, bastantes.

As demais associações estão coerentes, a saber: ele (subdividem-se em pronomes pessoais do caso reto, pronomes pessoais oblíquos e pronomes pessoais de tratamento); meu (pronome possessivo: indica relação de posse, algo que pertence a uma das pessoas do discurso); nos (subdividem-se em pronomes pessoais do caso reto, pronomes pessoais oblíquos e pronomes pessoais de tratamento). Os pronomes oblíquos tônicos são sempre precedidos por preposições, em geral as preposições ‘a’, ‘para’, ‘de’ e ‘com’; os pronomes tônicos exercem a função de objeto indireto da oração e possuem acentuação tônica forte. Dessa forma, no trecho “Mas ele reagiu.” (2º§) – ‘ele’ trata-se de pronome pessoal do caso reto, pois exerce a função de sujeito.

Dessa forma, por conter duas alternativas incorretas, a questão foi anulada.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. (org.) Língua Portuguesa em Debate. 4ª edição. Vozes, 2007. p. 39.

BRANCA
17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Utilizando as técnicas de análise combinatória, há $C_{7,4} = \frac{7!}{4!3!} = 35$ maneiras de escolher grupos com 4 pessoas e $C_{5,4} = \frac{5!}{4!1!} = 5$ maneiras de escolher grupos com 4 pessoas do sexo feminino. Logo a probabilidade desejada é $5/35 = 1/7$.

Logo, a alternativa correta é a Letra A.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as informações do enunciado, um lote de 4.000 objetos será fabricado e sempre o objeto múltiplo de 7 é defeituoso. Ao dividir 4.000 por 7, obtém-se o quociente 571. Esse número representa a quantidade de objetos defeituosos produzidos no lote. Particularmente, o objeto nº 3.997 é o último objeto defeituoso desse lote. Portanto, foram produzidos $4.000 - 571 = 3.429$ objetos sem defeitos.

Portanto, a alternativa correta é a Letra B.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
23

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Sobre a “Era Vargas”, período de quinze anos no qual Getúlio Vargas era Presidente do Brasil, é correto afirmar que: Fases da Era Vargas Foi dividida em três fases: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-1945).

Fonte:

- https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/era-vargas?gclid=eaiaiqobchmijpfl4rtdt8givhrcrch39ua-reaayasaaeglqufd_bwe

BRANCA
33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verificou-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o gabarito apresentado para a questão indica a alternativa A – Atender com presteza, sendo este um dever do servidor esculpido no artigo 132 da Lei nº 3.245 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Barbacena. Por tais razões, julga-se improcedente o recurso interposto, mantendo-se o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei nº 3.245 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Barbacena.

Cargo: Técnico em Informática

BRANCA
1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 1º§ denota claramente que o homem era inseguro em relação à mulher, observe: “Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as joias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiu-lhe os longos cabelos”. O comportamento do homem demonstrava desconfiança, cisma e incerteza a respeito da fidelidade e honestidade da mulher. Suas ações eram machistas; se considerava ‘dono’ da mulher. A opção de resposta que denota que “A mulher era atraente e sedutora; por isso, os homens a olhavam intensamente” não condiz com as ideias e reflexões evidenciadas ao longo do texto, pois a mulher tinha uma beleza incomparável; no entanto, a mulher não era sedutora, pois sua graciosidade era natural e espontânea, ou seja, não tinha capacidade de seduzir outros homens intencionalmente. Era uma mulher simples, que chamava a atenção dos homens por ser bela e graciosa. Dessa forma, é incoerente e inapropriado afirmar que “A mulher era atraente e sedutora; por isso, os homens a olhavam intensamente”. Na verdade, os homens olhavam demais para a tal mulher devido à sua incomparável e singular beleza.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o texto, é possível inferir que a mulher estimulava, involuntariamente, a desconfiança do marido. Talvez pelo simples fato de sua beleza chamar a atenção e porque os homens olhavam demais para ela. No entanto, a mulher não tinha intenção de provocar ou aborrecer o marido. Sua beleza era espontânea, simples, instintiva. O marido tinha como propósito que “ninguém a olhasse duas vezes para ela” ou que “homem nenhum se interessasse por ela”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA
6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação ao questionamento abordado, é possível afirmar que o trecho “Agora podia viver descansado” exprime circunstância de tempo. São advérbios de tempo as palavras: hoje, logo, primeiro, ontem, tarde, outrora, amanhã, cedo, antes, depois, ainda, antigamente, antes, doravante, nunca, então, ora, jamais, agora, sempre, já, afinal, amiúde, breve, constantemente, enfim, entrementes (enquanto isso), hoje, imediatamente, primeiramente, tarde, provisoriamente, sucessivamente. As demais afirmativas transcritas do texto não evidenciam tal particularidade.

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA
13

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A palavra tosquiar, no sentido figurado, significa: aparar; cortar rente; rapar; tosar. A palavra adornar, no entanto, significa: embelezar; enfeitar; ornamentar. Entretanto, o erro de digitação do termo “rapou” evidencia duas palavras que “não” podem substituir a expressão “tosquiou”, considerando o trecho textual “E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos.”

Fonte:

- CEREJA, William R. e MAGALHÃES, Thereza C. Texto e Interação. São Paulo: Atual, 2000.

BRANCA
16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir do gráfico apresentado na questão:

- 25% dos leitores preferem a seção de variedades. Logo, $500 \times 0,25 = 125$ pessoas.
- 35% dos leitores preferem a seção de política. Logo, $500 \times 0,35 = 175$ pessoas.
- 10% dos leitores não participaram da enquete. Consequentemente, $500 \times 0,90 = 450$ pessoas participaram da enquete.

Dessa forma, 300 pessoas preferem variedades ou política. Dentre os leitores que participaram da enquete, a probabilidade aproximada de escolher uma pessoa que prefere a seção de variedades ou política é $300/450 \approx 0,67$, sendo a resposta correta a alternativa C.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para levar 60 caixas, serão necessárias $60/4 = 15$ viagens.

Com 15 viagens, o funcionário percorrerá $15 \times 42 = 630$ metros, somente ida.

Portanto, se considerarmos ida e volta, são percorridos $630 \times 2 = 1260$ metros.

A questão pede o cálculo da quantidade de metros que devem ser percorridos pelo funcionário **até** que todos os caixotes estejam no depósito.

Na última ida ao depósito, o funcionário leva as últimas 4 caixas, não sendo necessário retornar para pegar mais caixotes.

Assim, foram percorridos $1260 - 42 = 1218$ metros até que todos os caixotes estejam no depósito, sendo a alternativa correta: Letra C.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA
49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme explicado no capítulo 7 do livro **Sistemas Operacionais-Vol. 11: Série Livros Didáticos Informática UFRGS** (autores: OLIVEIRA, Rômulo S.; CARISSIMI, Alexandre S.; TOSCANI, Simão S.) a indisponibilidade de memória RAM faz com que o sistema operacional utilize a memória virtual, através de um recurso chamado paginação. A memória virtual é uma área do disco rígido, destinado a armazenar páginas de memória temporariamente quando não há espaço na memória RAM, permitindo então que o sistema operacional utilize mais memória do que a que está instalada fisicamente. Neste contexto, o sistema de paginação faz um swapping constante para gravar páginas de memória física na memória virtual (página vítima), e inversamente, carregar páginas de memória que estão alocadas na memória virtual para física. Existe até mesmo um algoritmo destinado a essa função, conhecido como “algoritmo de substituição de páginas”. A paginação então gera leituras e escritas constantes no disco, o que deprecia o desempenho do sistema operacional, pois o disco, comparado a memória RAM e a CPU, é muito mais lento, fato que ocasiona a percepção de lentidão na experiência de uso por parte do usuário.

Para evitar essa situação é recomendado um upgrade de memória RAM, para que haja memória livre suficiente para que todas as páginas lógicas possam permanecer na memória física, sem a necessidade de uso da memória virtual e do sistema de paginação. Quando há memória RAM disponível não há necessidade do uso do disco para armazenar páginas de memória, o que reduz a utilização constante do disco e consequentemente a percepção de lentidão.

A troca do sistema operacional não garante a solução do problema, pois a troca do sistema operacional não implica em redução da memória RAM utilizada. Além disso, atualmente, todos os sistemas operacionais de mercado fazem uso da memória virtual e do sistema de paginação.

Da mesma forma, o aumento do disco também não resolve o problema, pois ele é causado pela falta de espaço de memória física e não pela falta de espaço do disco. A falta de espaço em disco poderia implicar na não gravação de dados, sem necessariamente deixar o sistema lento, o que não é caso, pois essa situação não está descrita no contexto da questão.

Fonte:

- OLIVEIRA, Rômulo S.; CARISSIMI, Alexandre S.; TOSCANI, Simão S. **Sistemas Operacionais-Vol. 11: Série Livros Didáticos Informática UFRGS**. Bookman Editora, 2009.

BRANCA
50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme destacado pelo próprio candidato o edital descreve “*instalação e customização dos sistemas operacionais Windows 98/ME/2K/XP*”. Ou seja, para o tema referente a instalação e customização deve se concentrar nos referidos

sistemas operacionais. Entretanto, a questão 50 refere-se a outro tema, que faz parte do conteúdo programático e está publicado no edital, que é “*configuração de cliente de proxy em navegadores*”, onde não se faz menção a algum sistema operacional específico. Portanto, a questão 50 avalia o conhecimento sobre a configuração de proxy, por isso o recurso é improcedente.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

22 de março de 2022
INSTITUTO CONSULPLAN